

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Fundação

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG)
Unidade Jurisdicionada

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL
EXERCÍCIO DE 2012

Brasília/2013

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA Fundação

**Unidade Jurisdicionada(UJ) : FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
(FUNAG)**

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições a Instrução Normativa nº 63/2010, das DN TCU nºs 119/2012 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das demais orientações contidas no Ofício nº 01/CISET/QIAU, de 03 de janeiro de 2013.

Unidade responsável pela elaboração: Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2013

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2012, trata das informações da Unidade Jurisdicionada Fundação Alexandre de Gusmão, fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, Órgão da Administração Indireta, de forma Individual, de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, das DN TCU nºs 119/2012 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das demais orientações da Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores, por meio do Ofício nº 01/CISET/QIAU, de 03 de janeiro de 2013.

Nesse contexto, este Relatório de Gestão Individual foi estruturado em itens que abrangem informações da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, sobre os seguintes conteúdos:

- Item 1 - identificação e atributos;
- Item 2 - planejamento estratégico, plano de metas e de ações;
- Item 3 - estrutura de governança e de autocontrole da gestão;
- Item 4 - programação e execução da despesa orçamentária e financeira;
- Item 5 - tópicos especiais da execução orçamentária e financeira;
- Item 6 - gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados;
- Item 7 - gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário;
- Item 8 - gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento;
- Item 9 - gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental;
- Item 10 - conformidade e tratamento de disposições legais e normativas;
- Item 11 - informações contábeis; e
- Item 12 - outras informações sobre a gestão.

Os itens que compõem a parte B do Anexo II à Decisão Normativa – TCU nº 119/2012, que trata de um conjunto de conteúdos específicos, não se aplicam à realidade e/ou natureza jurídica da Fundação e, por essa razão, não integram o presente Relatório de Gestão Individual.

Ademais, também, não se aplicam à realidade e/ou natureza da FUNAG ou apesar de se aplicarem à natureza desta Unidade Jurisdicionada, não há conteúdo a ser declarado no exercício em referência, os seguintes subitens abaixo identificados, conforme razões especificadas em cada um deles:

Subitem 3.3 e demais subitens de seu detalhamento – “Remuneração Paga a Administradores” - estes subitens não se aplicam à natureza jurídica desta UJ, por não ser uma empresa estatal e, portanto, não tem previsão legal para pagamento a administradores ou membros do seu Conselho de Administração Superior.

Subitem 3.4 - “Sistema de Correição” – a FUNAG conta com estrutura organizacional, de cargos e servidores muito reduzida, além de nos últimos cinco anos não ter havido demanda por instauração de sindicância alguma, bem como nunca houve, até a presente data, a necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar, razão pela qual não foi implantado um sistema de correição próprio. Por essa razão, apesar de se aplicar a esta UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício para este subitem.

Subitens 4.2.4.2 e 4.2.4.2.2 - “Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação” e “Despesas Totais por Grupo e elemento de Despesa – Créditos de Movimentação”, respectivamente - a FUNAG não recebeu crédito por movimentação interna ou externa. Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens.

Subitens 5.1 e demais subitens de seu detalhamento - “Reconhecimento de Passivos” esta Unidade não realizou nenhum reconhecimento de passivos em 2012. Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens.

Subitem 5.5 e demais subitens de seu detalhamento - “Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ”- a FUNAG não dispõe de renúncias tributárias sob a sua Gestão, não se aplicando este subitem à sua realidade e natureza jurídica.

Subitem 5.4.1.2 - Suprimento de Fundos - “Conta Tipo B” - a UJ não dispõe de Conta Tipo B. As despesas a título de Suprimento de Fundos são realizadas por meio de Cartão de Crédito Corporativo (CPGF), que não conta com autorização para saques. Por essa razão, não este subitem não se aplica à realidade da Fundação.

Subitem 5.6 e demais subitens de seu detalhamento - “Gestão de Precatórios” - não se aplicam à natureza jurídica da UJ, tendo em vista que a gestão de precatórios é realizada pelos Órgãos do Poder Judiciário Federal e a Fundação integra o Poder Executivo.

Subitens 6.1.5 e 6.1.6 - “Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos” e “Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Inevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos”, respectivamente – apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens, tendo em vista que não foi identificado nenhum caso de acumulação. Todos os servidores firmam declaração de próprio punho sobre a não cumulatividade de cargos, funções ou empregos públicos, as quais são mantidas nos assentamentos funcionais de cada servidor.

Subitem 6.1.7.2 - “Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico” - não ocorreram atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico. Todos os atos foram encaminhados pelo SISAC. Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para este subitem.

Subitens 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 - “Informação sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão”, “Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorência da Realização de Concurso Público” e “Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados”, respectivamente - apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens, tendo em vista que não há terceirização de seus Cargos e Atividades do Plano de Cargos. Ressalte-se que a Fundação não conta com um Plano de Cargos específico, seus servidores integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

Subitem 6.2.4 - “Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada” - apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem

conteúdos a serem declarados no exercício, tendo em vista que FUNAG não realizou contratação de serviços dessa natureza para suas instalações em Brasília ou no Rio de Janeiro, em 2012.

Subitem 7.2 - “Gestão do Patrimônio Imobiliário” – este subitem não se aplica à realidade da UJ, tendo em vista que a mesma não possui patrimônio imobiliário.

Subitem 10.1.2 - “Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício” - apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício, tendo em vista que não ocorreu situação de pendência no atendimento às Deliberações do TCU no final do exercício.

Subitem 10.1.3 e 10.1.4 - “Recomendações do OCI Atendidas no Exercício” e “Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício”, respectivamente - apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício, tendo em vista que não ocorreram recomendações do Órgão de Controle Interno à FUNAG, em 2012, e não haviam pendências a serem atendidas no final ao exercício.

Subitens 11.4, 11.5 e 11.6 - “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976”, “Composição Acionária do Capital Social” e “Parecer da Auditoria Independente” - estes subitens não se aplicam à natureza jurídica da UJ, pelo fato desta ser uma fundação pública regida pelas legislações e normas aplicáveis à Contabilidade Pública e não pela Lei 6.404/1976.

No cumprimento de sua missão institucional e visando “ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira”, conforme previsto no Objetivo nº 0916 do Programa nº 2057 – “Política Externa”, no âmbito do PPA 2012-2015, a FUNAG teve, em 2012, como principais realizações os destaques abaixo, cujos detalhamentos encontram-se no Item “2” deste Relatório de Gestão.

- ✓ 3 (três) cursos para diplomatas estrangeiros: X Curso para Diplomatas Sul-Americanos; Curso para Diplomatas da ASEAN e III Curso para Diplomatas Africanos;
- ✓ edição e reimpressão de 109 (cento e nove) sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira;
- ✓ implantada a biblioteca virtual, que contém, entre outras publicações, dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas com enfoque em temas da política externa. Foi também implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa.
- ✓ realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 22 (vinte e dois) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, palestras, encontros.

Além disso, a FUNAG apoiou 2 (dois) eventos em que foram debatidos temas de interesse para a política externa; organizou 4 (quatro) exposições sobre a história diplomática brasileira, no

âmbito das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco; e apoiou a segunda edição da exposição das novas obras de arte que integram o patrimônio do Ministério das Relações Exteriores, no país e no exterior.

Coube à Fundação Alexandre de Gusmão a coordenação da Comissão de Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco e a implementação das respectivas iniciativas, que teve, dentre outras atividades, exposições, um seminário internacional, a reedição de várias obras do Barão que integraram uma coleção, a edição de obras inéditas sobre o tema e a realização de um Concurso de Redação, em parceria com a Academia Brasileira de Letras, que foi concluído e as premiações entregues no exercício de 2012.

Para ampliar a divulgação e promoção de suas atividades e das obras que edita sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, a FUNAG reestruturou o site www.funag.gov.br, agora com versões em português e inglês. O site contém informações e material sobre os eventos realizados, além das obras editadas pela Fundação, que são disponibilizadas à sociedade, de forma gratuita, por meio da Biblioteca Digital.

Ainda no âmbito da divulgação, foram doadas e entregues 160.240 publicações no País e 20.803 no exterior, totalizando 181.043 publicações doadas para bibliotecas, formadores de opinião e outros beneficiários integrantes do público-alvo da Fundação.

A FUNAG participou e/ou apoiou, com suas obras editadas e estandes promocionais, em 26 (vinte e seis) feiras, lançamentos e outros eventos no âmbito de relações internacionais e da história diplomática do Brasil.

Esta UJ não encontrou dificuldades para a realização de seus objetivos no exercício de 2012.

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	14
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	15
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	15
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	16
1.3. Organograma Funcional	17
1.4. Macroprocessos Finalísticos	20
1.5. Macroprocessos de Apoio	21
1.6. Principais Parceiros	22
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	23
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	23
2.2 Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos	29
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	30
2.4 Indicadores	31
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	32
3.1 Estrutura de Governança	32
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	33
3.3 Remuneração Paga a Administradores – Não se aplica à natureza jurídica da UJ	35
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal – Não se aplica à natureza jurídica da UJ.....	35
3.3.2 Demonstração da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos – Não se aplica à natureza jurídica da UJ	35
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos – Não se aplica à natureza jurídica da UJ.....	35
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores – Não se aplica à natureza jurídica da UJ	35
3.4 Sistema de Correição – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.....	36
3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	37
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	38
4.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	38
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	38
4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programa Temáticos de Responsabilidade da UJ	39
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	40
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	42
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	43
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	44
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	45
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	45
4.2.2 Programação de Despesas	45
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	45
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	46
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	46
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	47
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	48
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários	48
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	48
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	49
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	51
4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	51
5. PARTE A, ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	52
5.1 Reconhecimento de Passivos – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.....	52
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	52

5.1.2	Análise Crítica – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	52
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	53
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	53
5.2.2	Análise Crítica – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.....	53
5.3	Transferências de Recursos	54
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	54
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	55
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	56
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	57
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	58
5.3.6	Análise Crítica.....	58
5.4	Suprimento de Fundos.....	59
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	59
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral	59
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” – Não se aplica à natureza jurídica da UJ.....	59
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	60
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	61
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	62
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ	63
5.5.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ.....	63
5.5.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ.....	63
5.5.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ	63
5.5.4	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ.....	63
5.5.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ	63
5.5.6	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ	63
5.5.7	Comunicações à RFB – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ.....	63
5.5.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ	63
5.5.9	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ	63
5.5.10	Fiscalizações Realizadas pela RFB – Não se aplica à realidade e natureza jurídica da UJ.....	63
5.6	Gestão de Precatórios – Não se aplica à natureza jurídica da UJ	64
5.6.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta – Não se aplica à natureza jurídica da UJ.....	64
5.6.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta – Não se aplica à natureza jurídica da UJ	64
5.6.3	Análise Crítica – Não se aplica à natureza jurídica da UJ.....	64
6.	PARTE A, ITEM 6 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	65
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	65
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	65
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	66
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	67
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	68
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	69
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	70
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	71
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	71
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	72
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	73
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	74
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	75

6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	75
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.....	76
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	77
6.1.8	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	78
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	79
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	79
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrente da Realização de Concurso Público	80
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	81
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	82
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	83
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	84
7.	PARTE A, ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	85
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	85
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário – Não se aplica à realidade da UJ - não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	88
8.	PARTE A, ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	89
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	89
9.	PARTE A, ITEM 9 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	91
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	91
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	93
10.	PARTE A, ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012	94
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	94
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	94
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	96
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.....	97
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício – Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência	98
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	99
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	101
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	101
10.4	Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	102
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012	103
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	103
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	103
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	104
11.2.1	Declaração Plena.....	104
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	105
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 – Não se aplica à natureza jurídica da UJ	127
11.5	Composição Acionária do Capital Social – Não se aplica à natureza jurídica da UJ	128
11.6	Parecer da Auditoria Independente – Não se aplica à natureza jurídica da UJ.....	129
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	130
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	130

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS – Não se aplica à natureza jurídica da UJ 131

RESULTADOS E CONCLUSÕES (ITEM II, “B”, 5, IV DO ANEXO III DA DN TCU N.º 119/2012 132

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	15
QUADRO A.3 1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	33
QUADRO A.4 1 - PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA - TEMÁTICO.....	38
QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	39
QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	40
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	42
QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO	43
QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	44
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	45
QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	45
QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	46
QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	46
QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	47
QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	48
QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	49
QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	54
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS....	55
QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEQUINTE	56
QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.	57
QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	58
QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF).....	59
QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	60
QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	61
QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	62
QUADRO A.6. 1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	65
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	66
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	67
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	68
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	69
QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	70
QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO.....	71
QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	72
QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	75
QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	75
QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	75
QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO	77
QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	83
QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	84
QUADRO A.8. 1 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	89

QUADRO A.9. 1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	91
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	93
QUADRO A.10. 1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	94
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	101
QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	102
QUADRO A. 11. 1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	104

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ASEAN	Association of Southeast Asian Nations, em português Associação das Nações do Sudeste Asiático
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAFI	Coordenação de Administração e Finanças
CAS	Conselho de Administração Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGAOF	Coordenação-Geral de Administração, Orçamento e Finanças
CGP	Coordenação-Geral de Projetos ou Coordenação-Geral de Pesquisas
CGU	Controladoria Geral da União
CHDD	Centro de História e Documentação Diplomática
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CISET	Controle Interno Setorial
CMPA	Colégio Militar de Porto Alegre
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPEPI	Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional
COMPRASNET	Portal de compras do Governo Federal
CONSEGI	Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico
CoPP	Coordenação de Pesquisa e Publicação
CORE	Conferência sobre Relações Exteriores
CoSP	Coordenação de Seminários e Publicações
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
DA	Divisão de Administração
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DIRF	Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
DOFI	Divisão de Orçamento e Finanças
DPU	Divisão de Publicações
DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DRH	Divisão de Recursos Humanos
e-Gov	Governo Eletrônico
ENERI	Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacionais
FOCORI	Fórum Centro-Oeste de Relações Internacionais
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
GEAP	Fundação de Seguridade Social
GEFIP	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social
GSISTE	Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
IPRI	Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
ISO	International Organization for Standardization
LOA	Lei Orçamentária Anual
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINIONU	Simulação da Organização das Nações Unidas
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores

NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia de Informação
PEI	Plano Estratégico Institucional
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PPA	Plano Plurianual
PROFE	Procuradoria Federal
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCDP	Sistema de Concessões de Diárias e Passagens
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SICONV	Sistema de Convênio
SIMUN	Simulação das Nações Unidas
SINUS	Simulação das Nações Unidas para Secundaristas
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISEE	Seminário Internacional do Setor de Energia Elétrica
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TEMAS	Simulação de modelos das Nações Unidas
TI	Tecnologia de Informação
TRIPS	Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights, também chamado de Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC)
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
URL	Uniform Resource Locator ("localizador uniformizado de recursos"), sequência de caracteres que engloba o protocolo, o nome do computador (o servidor), a(s) pasta(s) e o nome do ficheiro HTML, formando uma direcção única na internet.

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO
DE GESTÃO**

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Relações Exteriores			Código SIORG: 000299
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Alexandre de Gusmão			
Denominação abreviada: FUNAG			
Código SIORG: 000299	Código LOA: 35201	Código SIAFI: 244001	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação Pública			
Principal Atividade: Relações Exteriores			Código CNAE: 8421-3-00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2030-9131	(061) 2030-9123	(061) 2030-9122
E-mail: funag@funag.gov.br			
Página na Internet: http://www.funag.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo - Cep 70.170-900 – Brasília – DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
• Lei nº 5.717, de 26/10/71 • Decreto nº 69.553, de 18/11/71 • Decreto nº 5.980, de 06 de dezembro de 2006 (Estatuto) • Portaria nº 76, de 17/03/05, publicada no Diário Oficial da União de 21/03/05 (Regimento Interno)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
• Portaria nº 79, de 06.10.06 – FUNAG • Portaria nº 33, de 04.03.08 - FUNAG • Portaria nº 126, de 01.07.08 - FUNAG • Portaria nº 158, de 06.07.09 - FUNAG • Portaria nº 144, de 06.11.11 - FUNAG • Portaria nº 149, de 05.07.12 - FUNAG			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
• As atividades são informadas no <i>site</i> da Fundação, bem como são disponibilizadas as publicações editadas para acesso gratuito pela sociedade, por meio da sua biblioteca digital.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
244001	Fundação Alexandre de Gusmão		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
24290	Fundação Alexandre de Gusmão		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
244001		24290	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, tem como finalidade, em síntese:

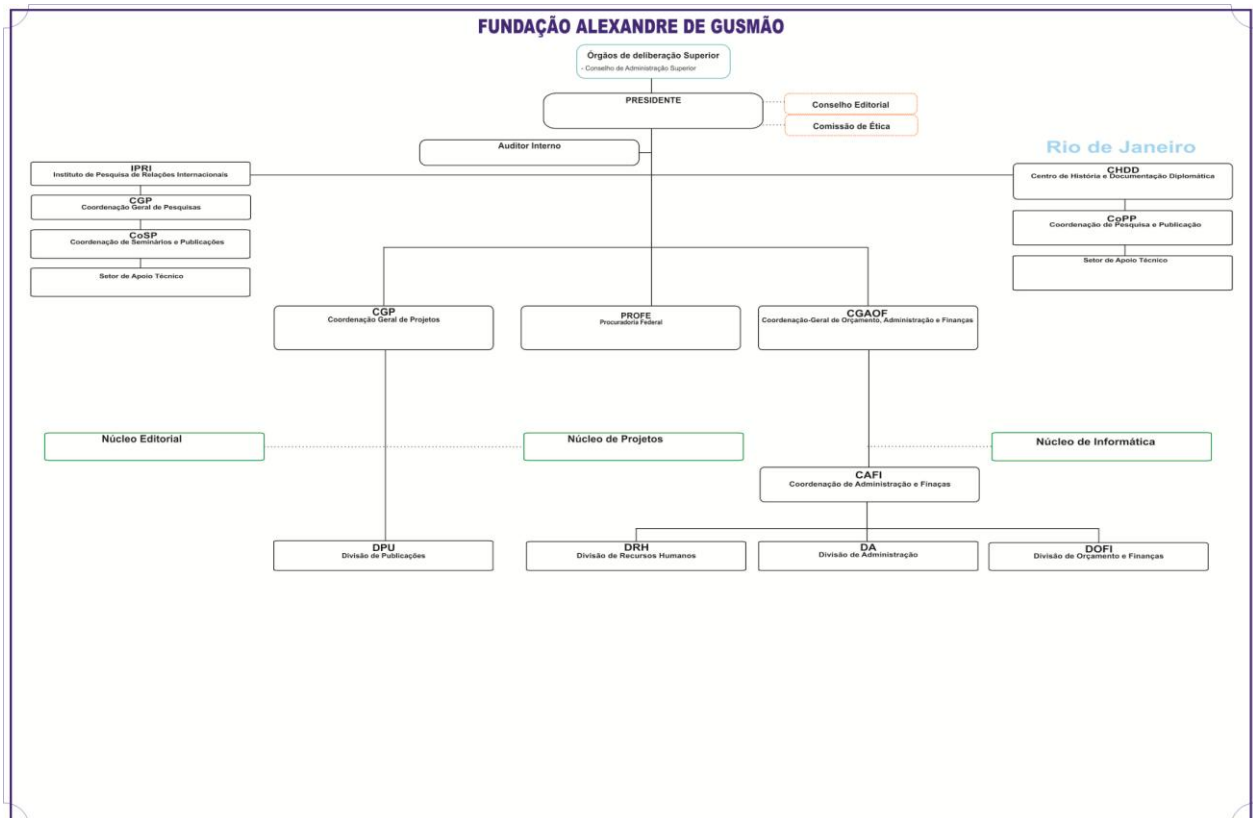
- ✓ a realização de debates e a difusão de conhecimento sobre a política externa brasileira, as relações internacionais e a história da diplomacia brasileira, com vistas, em especial, à formação de opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional.

São competências institucionais da FUNAG:

- ✓ realizar e promover atividades culturais e pedagógicas no campo das relações internacionais e da história diplomática do Brasil;
- ✓ realizar e promover estudos e pesquisas sobre problemas atinentes às relações internacionais;
- ✓ divulgar a política externa brasileira em seus aspectos gerais;
- ✓ contribuir para a formação no País de uma opinião pública sensível aos problemas de convivência internacional;
- ✓ apoiar a preservação da memória diplomática do Brasil; e
- ✓ desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Nesse contexto, em 2012, a Fundação promoveu e/apoiou, ao todo, 163 ações/atividades, sobretudo debates, seminários, conferências, cursos, concursos e exposições sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática do País, além da edição de publicações e da participação, com as suas obras editadas e/ou estandes promocionais, em feiras e outros eventos.

1.3. Organograma Funcional



A Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG conta com a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgão de deliberação superior: Conselho de Administração Superior - CAS

II -Órgãos seccionais:

a) Coordenação-Geral de Projetos - CGP

b) Coordenação-Geral de Administração, Orçamento e Finanças - CGAOF

c) Procuradoria Federal - PROFE

III - Órgãos específicos singulares:

a) Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI

b) Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD

O Conselho de Administração Superior tem como competências: definir as diretrizes gerais da Fundação; aprovar o orçamento e o programa anual de trabalho, bem como o relatório anual de atividades e a prestação de contas; examinar e acompanhar a execução orçamentária e financeira; deliberar sobre as propostas de contratação de empréstimos internos e externos; e, manifestar-se sobre consultas que lhes forem encaminhadas por seus membros ou pelo Presidente da FUNAG.

A Fundação Alexandre de Gusmão é dirigida por um Presidente, que integra o Conselho de Administração Superior e tem como atribuições: administrar e coordenar as atividades dos seus órgãos seccionais e órgãos específicos singulares; celebrar convênios e contratos com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais; delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação; submeter ao Conselho de Administração Superior o Relatório Anual de Atividades, a Prestação de Contas, Orçamento e o Programa Anual de Trabalho; baixar as normas regulamentares e praticar os demais atos pertinentes à organização e ao funcionamento da Fundação; e representar a FUNAG em juízo ou fora dele, podendo, inclusive, delegar poderes e constituir mandatários.

O Auditor Interno da Fundação atua, em especial, no acompanhamento do desenvolvimento das atividades da FUNAG no que se refere ao fiel cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis aos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia da gestão, bem como na verificação da existência de rotinas e procedimentos de trabalho documentados e atualizados, dentre outras atribuições que lhe são cometidas pelo sistema de controle interno do Governo Federal.

A Coordenação-Geral de Projetos (CGP) tem como competência assessorar e propor ao Presidente da FUNAG projetos e articular parceiras com terceiros; planejar, coordenar, programar e acompanhar a execução dos projetos e o programa editorial aprovado pela Presidente da FUNAG; acompanhar a execução dos projetos, bem como os seus resultados; elaborar relatórios periódicos e anuais sobre as atividades editoriais e os projetos, bem como o relatório de gestão anual relativo às atividades finalísticas, a serem submetidos ao Presidente da FUNAG; planejar e acompanhar os serviços alocados à consecução das atividades sob sua competência; acompanhar e realizar os registros obrigatórios das atividades finalísticas da Fundação, no âmbito do Plano Plurianual de Ações do Governo; e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente da FUNAG.

Para o cumprimento de suas atribuições, a CGP conta com um Núcleo Editorial, responsável pela implementação do programa editorial anual, com um Núcleo de Projetos, responsável pelos eventos e demais atividades finalísticas da Fundação, e com uma Divisão de Publicações, que cuida da difusão e divulgação, no país e no exterior, das publicações editadas pela FUNAG.

A Coordenação-Geral de Administração, Orçamento e Finanças (CGAOF) tem como competência assessorar o Presidente na coordenação, supervisão e controle das atividades desenvolvidas pela FUNAG, no âmbito de suas atribuições; planejar, coordenar e acompanhar as atividades das áreas de administração, licitação, contratos, orçamento, finanças, contabilidade, recursos humanos, capacitação, compras, material e serviços, modernização administrativa e serviços gerais, informação e informática, de acordo com as normas vigentes; propor ao Presidente da FUNAG políticas de recursos humanos, assistência médica, planos de recrutamento, de seleção, de desenvolvimento e de aperfeiçoamento profissional, em conformidade com a política de pessoal adotada para o servidor público civil; orientar e coordenar a execução das políticas de recursos humanos, observada a legislação pertinente; analisar e encaminhar a proposta orçamentária anual a ser submetida ao Presidente da FUNAG, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual e das diretrizes do Órgão Central de Orçamento e demais normas vigentes; planejar e participar da elaboração das ações da Fundação no âmbito Plano Plurianual de Ações do Governo, bem como acompanhar as respectivas atividades meio da Fundação; acompanhar e dar encaminhamento às demandas dos órgãos de controle interno e externo; supervisionar a contratação e implementação dos serviços necessários às atividades da Fundação e propor os ajustes necessários; praticar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, bem como dos recursos humanos e de natureza patrimonial; homologar os processos licitatórios e ordenar despesas; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente da FUNAG.

A CGAOF conta com uma Coordenação de Administração e Finanças, que a substitui e, em especial, acompanha o efetivo cumprimento das diretrizes traçadas pela CGAOF para as áreas de orçamento e finanças, modernização administrativa, de recursos humanos, de materiais e de serviços gerais, conformidade de registro de gestão, bem como o cumprimento das recomendações decorrentes de auditorias. A CGAOF conta, também, com um Núcleo de Informação e Informática, responsável pelos assuntos relacionados à tecnologia da informação e informática; com uma Divisão de Recursos Humanos, responsável por legislação, portarias, folha de pagamento, manutenção e atualização de informações no SIAPE, estagiários, capacitação de servidores, administração do SCDP, informações do SIASS e da GEFIP, exames periódicos, emissão de passagens aéreas, dentre outras atribuições referentes a força de trabalho da FUNAG, em especial aos seus servidores; com uma Divisão de Administração responsável pelas aquisições, licitações, contratos, incluindo os de direitos autorais, almoxarifado, patrimônio, protocolo, transportes, implementação e manutenção dos sistemas de Governo relativos as suas áreas de atuação, tais como SIASG e COMPRASNET; e uma Divisão de Orçamento e Finanças, responsável pela elaboração de proposta, apropriação e controle orçamentário e financeiro, realização de pagamentos e adoção dos procedimentos correspondentes, controle e guarda de processos com vistas a auditoria, contabilidade, conformidade de registro de gestão e contábil, registros no SIORG e SIAFI, informações para a DIREF, emissão de balanços e demonstrações contábeis, manutenção atualizada dos registros legais da FUNAG, dentre outras atribuições referentes a sua área de atuação.

A Procuradoria Federal da FUNAG atua na qualidade de órgão executor da Procuradoria Geral Federal, com atribuições, em especial de exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da FUNAG.

A Fundação dispõe de dois órgãos específicos singulares, Unidades integrantes da sua estrutura: o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, em Brasília, e o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, no Rio de Janeiro.

O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI organiza e apoia na produção acadêmica de seminários, cursos e conferências da FUNAG sobre temas das relações internacionais, bem como mantém atividades continuadas de pesquisa e de alimentação de dados sobre especialistas e informações, no Brasil e no exterior, no seu campo de atuação, bem como exerce outras atribuições, quando cometidas pelo Presidente da FUNAG. Para a implementação de suas atividades, o IPRI conta com um Diretor, uma Coordenação-Geral de Pesquisa – CGPE, uma Coordenação de Estudos e um Setor de Apoio Técnico.

O Centro de História e Documentação Diplomática - CHDD, localizado na cidade do Rio de Janeiro, promove e divulga estudos e pesquisas sobre história diplomática e das relações internacionais do Brasil e incentiva e promove, por meio do núcleo editorial da FUNAG, a edição de livros e periódicos sobre os temas que lhes são afetos. O CHDD tem, ainda, como competências: a proposição e implementação conteúdos de cursos, conferências, seminários, congressos e outras atividades de natureza acadêmica, no campo da história diplomática; a criação e a difusão de instrumentos de pesquisa sobre a história diplomática e das relações internacionais do Brasil; a cooperação com entidades públicas e privadas em iniciativas tendentes à conservação do prédio da Biblioteca do Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, bem como à preservação e organização dos acervos do Ministério das Relações Exteriores (Biblioteca, Mapoteca e Arquivo Histórico) depositados naquele Palácio, mediante acordo específico para tais finalidades firmado com a FUNAG, outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente da FUNAG. Para a implementação de suas atividades o CHDD conta com um Diretor, uma Coordenação de Pesquisa e um Setor de Apoio Técnico.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

A Fundação Alexandre de Gusmão implementa quatro grandes macroprocessos finalísticos: I) a divulgação de temas de relações internacionais e da política externa brasileira; II) a realização de atividades culturais e pedagógicas; III) a realização de estudos e pesquisas; e IV) o apoio a preservação da memória diplomática brasileira.

Nesse contexto, em 2012, a Fundação promoveu e/apoiou, ao todo, 54 atividades de análise e divulgação da política externa brasileira, de relações internacionais e da história diplomática do Brasil, incluindo debates, seminários, conferências, cursos, concurso, exposições, participação com as suas obras editadas e/ou estandes promocionais em feiras lançamentos e outros eventos, além da edição de 109 publicações, disponibilizadas por meio da sua biblioteca virtual, com download e acesso gratuito pelos cidadãos. Essa biblioteca foi totalmente reestruturada e modernizada, assim como o site da Fundação, no endereço www.funag.gov.br, tornando mais fácil o acesso e utilização pelo seu público-alvo e contando, também, com versão em inglês.

Foram doadas e entregues 181.043 publicações, no País e no exterior, para bibliotecas, formadores de opinião e outros beneficiários integrantes do público-alvo da Fundação.

Coube à Fundação Alexandre de Gusmão a coordenação da Comissão de Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco e a implementação das respectivas iniciativas, que teve, dentre outras atividades, exposições, um seminário internacional, a reedição de várias obras do Barão que integraram uma coleção, a edição de obras inéditas sobre o tema e a realização de um Concurso de Redação, em parceria com a Academia Brasileira de Letras, que foi concluído e as premiações entregues no exercício de 2012.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio voltados ao cumprimento da missão da FUNAG são: 1) gestão de pessoas; 2) gestão de recursos orçamentários e financeiros; 3) gestão de estratégias inovadoras e empreendedoras; 4) gestão de recursos materiais e infraestrutura; e 5) gestão organizacional.

Em 2012, na gestão de pessoas buscou-se ampliar a capacitação dos servidores da FUNAG, individual e em grupo; foram implementados os exames médicos periódicos; foi articulada parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Previdência Social e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para viabilizar o atendimento dos servidores da Fundação no âmbito do SIASS; e foi prorrogado o Concurso Público da Fundação até 2014, uma vez que ainda não havia esgotado o cadastro reserva para alguns postos.

Na gestão de recursos materiais, infraestrutura, orçamentários e financeiros buscou-se maximizar, racionalizar e adequar as disponibilidades às necessidades e execução das atividades finalísticas e ao alcance das metas institucionais, inclusive no tocante às ferramentas de tecnologia da informação.

No campo da gestão de estratégias inovadoras e empreendedoras foi criado e implantado o Conselho Editorial, visando, em especial, aperfeiçoar o programa e a produção editorial da Fundação.

Foi implantado um Canal de Informação, diário, da Divisão de Recursos Humanos para os servidores, contendo informações também fornecidas pela Comissão de Ética da FUNAG.

Com relação à gestão organizacional foi elaborada a proposta de novo regimento interno, que se encontra em tramitação e análise no Ministério das Relações Exteriores.

1.6. Principais Parceiros

O principal parceiro da Fundação Alexandre de Gusmão é o Ministério das Relações Exteriores, uma vez que a implementação da política externa brasileira, o acompanhamento das relações internacionais e a preservação da memória diplomática são competências institucionais inerentes àquela Pasta. A Fundação atua em parceria também com outros Órgãos do Governo Federal, com o meio acadêmico e com instituições brasileiras e internacionais que detêm conhecimentos especializados nos campos da política externa e das relações internacionais.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Fundação teve seu Planejamento Estratégico em 2006. As estratégias finalísticas, metas e objetivos vêm sendo implementados com êxito, encontrando-se, hoje, refletidos integralmente no PPA 2012-2015, Programa nº 2057 – “Política Externa”, sob responsabilidade de execução e informações junto ao SIOP pela FUNAG, por meio do Objetivo nº 0916: “ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira, suas Metas, Iniciativas e Ações”, conforme informações anteriores, constantes deste Relatório de Gestão.

Para desempenhar a missão de promover “a diplomacia participativa, ou seja, a diplomacia ao alcance de todos” e executar as diretrizes de “divulgar os temas de relações internacionais e da política externa brasileira e promover reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo, formando uma opinião pública sensível aos problemas de convivência internacional”, a Fundação sempre atua em conjugação de esforços e em consonância com o MRE e com as diretrizes governamentais, de acordo com as suas competências constitucionais, legais e normativas.

As metas previstas no PPA, sob a responsabilidade da Fundação, são detalhadas por meio do seu Programa de Trabalho Anual envolvendo ações voltadas para a “implementação e promoção de uma série de pesquisas, publicações, estudos e projetos, bem como atividades culturais e pedagógicas nos campos da política externa brasileira, de relações internacionais e da preservação da história diplomática do País, incluindo-se debates, seminários, conferências, concursos e outros”, conforme consta do PPA.

Nesse contexto, a Fundação busca “ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira”, conforme Objetivo nº 0916 do Programa nº 2057 – “Política Externa”, no âmbito do PPA 2012-2015.

Em 2012 foram alcançados os resultados:

➤ **realizados 3 (três) cursos para diplomatas estrangeiros, a saber:**

1. X Curso para Diplomatas Sul-Americanos – 26 de março a 04 de abril
2. I Curso para Diplomatas da ASEAN – 06 a 17 de agosto
3. III Curso para Diplomatas Africanos – 24 de setembro a 05 de outubro

➤ **editadas e reimpressas 109 (cento e nove) publicações sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, relacionadas a seguir:**

1. Recente fenômeno migratório
2. A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, evolução e perspectivas (1993-2006) – nova tiragem
3. As Duas vidas de Joaquim Nabuco: o reformador e o diplomata – nova tiragem

4. Caderno CHDD nº 9
5. Das Relações Brasil e Cabo Verde – nova tiragem
6. Ascensão da China como Potência – nova tiragem
7. Estocolmo, Rio e Johannesburgo – nova tiragem
8. V SISEE - Seminário Internacional do Setor de Energia Elétrica - nova tiragem
9. Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades
10. Conflito entre a convenção sobre a diversidade biológica e o acordo TRIPS – nova tiragem
11. Centenário de Sant Tiago Dantas
12. Livro na Rua Eslovênia
13. A Política Externa do Governo Sarney - nova tiragem
14. Nações Unidas e a Luta Internacional contra o racismo – nova tiragem
15. Herança Africana no Brasil e no Caribe - Português – nova tiragem
16. Don Casmurro – reedição
17. Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional
18. Eu Sou da América do Sul
19. Tribunal Penal Internacional na Grande Estratégia Norte-Americana 1990-2008
20. A Privatização do Emprego da Força por Atores Não Estatais no Âmbito Multilateral
21. Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz Perspectiva Brasileira
22. Rio Branco: 100 Anos de Memória - capa dura
23. Rio Branco: 100 Anos de Memória - capa mole
24. Coleção Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público 1899 – 1918
25. Coleção Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público 1941 – 1960
26. Coleção Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público 1961 – 1981
27. Coleção Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público 1919 – 1940
28. Coleção Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público 1889 – 1898
29. Livro na Rua Souza Dantas
30. Ordem, Hegemonia e Transgressão – nova tiragem
31. Harmonização do Direito Internacional Privado
32. Povo Resiliente Planeta Resiliente: Um Futuro Digno de Escolha - livro
33. Povo Resiliente Planeta Resiliente: Um Futuro Digno de Escolha - cartilha
35. Hidropolítica e Segurança
36. Os Sertões e os desertos: O combate à desertificação e a política externa brasileira
37. O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT)
38. Da Revolução ao Reatamento: A Política Externa Brasileira e a Questão Cubana (1959-1986)
39. Teoria das Relações Internacionais
40. Cartilha Corte Interamericana de Direitos Humanos
41. Cartilha a Corte Internacional de Direitos Humanos - Espanhol
42. Cartilha a Corte Internacional de Direitos Humanos - Inglês
43. Cartilha a Corte Internacional de Direitos Humanos - Francês
44. América do Sul e a Integração Regional
45. Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750 - nova tiragem
46. Integração: Sonho e realidade na América do Sul – nova tiragem
47. Hind Swaraj: Autogoverno da Índia - nova tiragem
48. Ética na Administração Pública Federal - nova tiragem
49. Livro na Rua A Consulta Prévia e a Convenção 169 sobre os povos indígenas e tribais da OIT
50. Brasil, Mundo e Homem na Atualidade - nova tiragem
51. Gilberto Amado - Memorial Lectures

52. Relação Brasil-Paraguai. Afastamento, Tensões e Reaproximação
53. O Internacionalismo Vaticano e a Nova Ordem Mundial
54. A Política Externa Após a Redemocratização Tomo I 1985-2002
55. A Política Externa Após a Redemocratização Tomo II 2003-2010
56. Transformação do Etanol em Commodity
57. A Utopia Possível
58. O Brasil e o mundo ázio-africano
59. Barão do Rio Branco: Introdução às obras do Barão do Rio Branco
60. Barão do Rio Branco: Estudos Históricos Vol. VIII
61. Barão do Rio Branco: Discursos IX
62. Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público - Índice Analítico
63. Barão do Rio Branco: Questões de Limites II Guiana Inglesa
64. Barão do Rio Branco: Biografias VII
65. Caderno do CHDD - Ano 11- Nº 20 - Primeiro semestre 2012
66. Barão do Rio Branco: Republica Argentina VL I
67. Barão do Rio Branco: Artigos de Imprensa VL X
68. Barão do Rio Branco: Efemérides Brasileiras VI A
69. Obras do Barão: Guiana Francesa 2ª Memória
70. Obras do Barão: Guiana Francesa 1ª Memória
71. Barão do Rio Branco: Questões de Limites II Guiana Inglesa - capa dura
72. Barão do Rio Branco: Biografias VII - capa dura
73. Barão do Rio Branco: Republica Argentina VL I - capa dura
74. Barão do Rio Branco: Artigos de Imprensa VL X - capa dura
75. Barão do Rio Branco: Efemérides Brasileiras VI A - capa dura
76. Obras do Barão: Guiana Francesa 2ª Memória - capa dura
77. Obras do Barão: Guiana Francesa 1ª Memória - capa dura
78. Obras do Barão: Exposição de motivos - capa dura
79. Obras do Barão: Efemérides Brasileiras Vol. B - capa dura
80. Barão do Rio Branco: Introdução às obras do Barão do Rio Branco - capa dura
81. Barão do Rio Branco: Estudos Históricos Vol. VIII - capa dura
82. Barão do Rio Branco: Discursos IX - capa dura
83. Obras do Barão: Exposição de motivos
84. Obras do Barão: Efemérides Brasileiras Vol. B
85. IV Seminário sobre Pesquisas em Relações Econômicas Internacionais
86. VI CNPEPI Relações Internacionais em Tempos de Crise Econômica e Política
87. Revista Lado a Lado
88. A Influência Africana no Português do Brasil
89. Rivalidade e intenção nas relações Chileno-Peruanas
90. Rui Barbosa: Uma Personalidade multifacetada - a multifaceted personality
91. Tribunal Penal Internacional: Conceitos, realidade e implicações para o Brasil
92. II Curso para Diplomatas Africanos
93. Diplomacia Brasileira para a paz
94. O Brasil nas Nações Unidas – 3ª edição revista e ampliada
95. Diplomacia e Academia
96. Relações Exteriores do Brasil 1939-1950
97. História da Ciência – Volume I (versão atualizada)
98. História da Ciência – Volume II, Tomo I (versão atualizada)

99. História da Ciência – Volume II, Tomo II (versão atualizada)
100. História da Ciência – Volume III (versão atualizada)
101. Participação Social como método de governo
102. CONSEGI 2012 – V Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico
103. Relações Exteriores do Brasil – 1939-150
104. Diplomacia Consular
105. Manual do Candidato – Política Internacional
106. Barão do Rio Branco: 100 anos de memória
107. Manual do Candidato – Noções de Direito e Direito Internacional
108. Manual do Candidato – História Mundial Contemporânea
109. Cadernos do CHDD – Número Especial - 2º semestre de 2012

- **Implantada a biblioteca virtual, que foi totalmente reformulada, bem como implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa;**
- **Realizados, diretamente e/ou em parceria com outras instituições, 22 (vinte e dois) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, ai compreendidos seminários, conferências, palestras, encontros e cursos, descritos abaixo:**

1. O Brasil e a União Europeia no Atual Contexto Mundial, 07 de fevereiro
2. A França e as Grandes Questões Internacionais, 15 de fevereiro
3. Rio + 20 Encontro Informal de Consultas da América Latina e do Caribe, 13 e 14 de março
4. IV Seminário sobre Pesquisa em Relações Econômicas Internacionais , 28 e 29 de março
5. Rio + 20 Consultas Informais, 12 e 13 de abril
6. Encontro de Cooperação entre a FUNAG e a Fundação de Estudos Internacionais da China sobre temas da relação Brasil-China, 22 de abril
7. Seminário Global Trends 2030: /Brazil and Latin America in a Polycentric World, 23 de abril
8. II Mesa Redonda O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional, 27 de abril
9. Mesa Redonda sobre Política Externa e Energia, 7 de maio
10. Seminário Internacional Barão do Rio Branco: 100 Anos de Memória – 8, 9 e 10 de maio
11. Seminário a Dimensão Econômica da Rio + 20, 15 de maio
12. Seminário Global Bioenergy Partnership/Rio + 20, 19 de junho
13. Encontro Lado a Lado - A Construção da Paz no Oriente Médio: um papel para as diásporas, 10 de julho
14. Seminário Internacional O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional, 31 de julho
15. Encontros com Instituições parceira da FUNAG (Fundação Brenart, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Ceará), 18 a 23, 27 a 29 de setembro e 03 a 04 de outubro
16. Seminário Brasil-Chile: Novos horizontes-Amizade sem limites, 08 de outubro
17. Curso Empresas e Mercado na China Hoje: Desafios Futuros, 29 de outubro a 1 de novembro
18. Seminário Mercosul: Novas Perspectivas, 09 de novembro
19. Palestra Conflito na Terra Santa e as Comunidades Árabe e Judaica na América Latina, 20 de novembro
20. Homenagem a Gerson Moura (1939-1992), em 23 de novembro
21. Conferência sobre Relações Exteriores – CORE, 29 e 30 de novembro
22. I Fórum Empresarial do MERCOSUL, em 07 de dezembro.

Além disso, a FUNAG apoiou 2 (dois) eventos em que foram debatidos temas de interesse para a política externa (X Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 22 a 25 de agosto de 2012, e o Seminário “A Contemporaneidade das ideias do Diplomata Renato Mendonça”, 04 de outubro de 2012); organizou 4 (quatro) exposições sobre a história diplomática brasileira, no âmbito das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco (“Rio Branco: Cem Anos de Memória-Palácio Itamaraty”, 10 e 11 de fevereiro de 2012; “O Barão e a Caricatura”, em 15 de março de 2012; e “O Barão e a Caricatura- Rio Branco nos traços dos caricaturistas”, de 07 de agosto a 30 de setembro de 2012); e apoiou a segunda edição da exposição das novas obras de arte que integram o patrimônio do Ministério das Relações Exteriores, no país e no exterior (“Novas aquisições: II Concurso Itamaraty de Arte Contemporânea”), em 07 de dezembro de 2012.

Coube à Fundação Alexandre de Gusmão a coordenação da Comissão de Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco e a implementação das respectivas iniciativas, que teve, dentre outras atividades, exposições, um seminário internacional, a reedição de várias obras do Barão que integraram uma coleção, a edição de obras inéditas sobre o tema e a realização de um Concurso de Redação, em parceria com a Academia Brasileira de Letras, que foi concluído e as premiações entregues no exercício de 2012.

Para ampliar a divulgação e promoção de suas atividades e das obras que edita sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, a FUNAG reestruturou o site www.funag.gov.br, agora com versões em português e inglês. O site contém informações e material sobre os eventos realizados, além das obras editadas pela Fundação, que são disponibilizadas à sociedade, de forma gratuita, por meio da Biblioteca Digital.

Ainda no âmbito da divulgação, foram doadas e entregues 160.240 publicações no País e 20.803 no exterior, totalizando 181.043 publicações doadas para bibliotecas, formadores de opinião e outros beneficiários integrantes do público-alvo da Fundação.

A FUNAG participou e/ou apoiou, com suas obras editadas e estandes promocionais, em 26 (vinte e seis) feiras, lançamentos e outros eventos relacionados a seguir:

1. Lançamento do livro Diplomata. Substantivo Comum de Dois Gêneros – APOIO, em 02 de fevereiro
2. XXI Feira do Livro de Havana – apoio, em 02 de fevereiro
3. 1ª Bienal do Livro e da Leitura, de 14 a 23 de abril
4. Feira do livro de Budapeste – apoio, de 19 a 22 de abril
5. Feira Internacional do Livro de Buenos Aires – apoio, de 19 de abril a 07 de maio
6. Simulação TEMAS 2012 – apoio, de 04 a 08 de abril
7. Simulação SINUS 2012 – apoio, de 27 de abril a 1º de maio
8. ENERI 2012 – apoio – 23 a 26 de maio
9. SIMUN – apoio, de 06 a 10 de junho
10. II Mundo CMPA- apoio, de 1º a 03 de junho
11. Book Expo America 2012- apoio, de 04 a 07 de junho
12. 64ª Reunião Anual da SBPC 2012 – Feira EXPOT &C, de 22 a 27 de julho
13. Feira do Livro de Lima- apoio, de 19 de julho a 1º de agosto
14. 22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, Centro de Convenções Anhebibim, de 09 a 19 de agosto
15. Prêmio do Concurso de Redação Barão do Rio Branco-100 anos, de 20 a 22 de agosto
16. X Congresso Brasileiro de Direito Internacional, Apoio, de 22 a 25 de agosto

17. XVI Feira Pan-amazônica do Livro, de 21 a 30 de setembro
18. III Seminário Nacional de Documento e Informação Jurídica (SNDIJ) – apoio, de 17 a 19 de setembro
19. 3ª Edição do Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais – apoio, de 20 a 23 de setembro
20. Lançamento do livro A Contemporaneidade das ideias do Diplomata Renato Mendonça, em 04 de outubro
21. IV FOCORI – apoio, de 11 a 13 de outubro
22. Feira do Livro de Frankfurt – apoio, de 10 a 14 de outubro
23. MINIONU- apoio, de 12 a 15 de outubro
24. UFRGS-MUNDI – apoio, em 24 e 25 de outubro
25. IX Bienal Internacional do Livro do Ceará - Centro de Convenções, de 09 a 18 de novembro
26. Lançamento do livro Relações Exteriores do Brasil (1939-1950), em 23 de novembro.

2.2 Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos

Alguns fatores de risco poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos. Entre estes, temeu-se num primeiro momento que a incidência de limitação ou corte orçamentário pudesse impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos, tal não chegou a se concretizar, uma vez que, para fazer face ao contingenciamento orçamentário, buscou-se racionalizar as despesas, de modo a não comprometer as atividades finalísticas.

Outro risco era a possibilidade de redução na força de trabalho da Fundação, tendo em vista a baixa remuneração dos seus servidores, o que vem ocorrendo, conforme informado nos últimos Relatórios de Gestão desta UJ. A questão dos quantitativos de servidores do Quadro de Pessoal da FUNAG, que tornavam deficitária a força de trabalho desta UJ, foi solucionada, em parte, em 2010, com a autorização e a realização de Concurso Público que resultou no preenchimento de 37 cargos. No entanto, dada a baixa remuneração dos servidores, nos exercícios de 2011 e 2012 ocorreram várias exonerações/vacâncias.

Deve ser registrado que a FUNAG implementa uma série de atividades que requerem especialização, entre as quais a capacitação em idiomas. Os cargos do Quadro de Pessoal da Fundação são de provimento efetivo do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o que vem acarretando uma série de problemas e dificuldades operacionais, já que não se pode exigir dos perfis e atribuições dos cargos do PGPE o grau de especialização necessário às atividades da FUNAG. Merece registro o fato de que, buscando solucionar essa questão, foi encaminhada, em 2007, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a proposta de criação da carreira de “Divulgação da Política Externa Brasileira e Internacional”. O processo retornou à FUNAG em meados do segundo semestre de 2012 para análise e possível reapresentação do pleito com informações atualizadas, tendo em vista o tempo decorrido desde o encaminhamento daquele processo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e as mudanças ocorridas na gestão do Ministério das Relações Exteriores e de sua unidade vinculada (FUNAG). Esse processo deverá ser retomado em 2013.

Ao longo de 2012 ocorreram alguns ajustes no Programa de Trabalho Anual, em função das diretrizes emanadas pelo Ministério das Relações Exteriores, sem que, no entanto, houvesse comprometimento das estratégias de atuação ou dos objetivos estratégicos.

As atividades da Fundação são divulgadas a todos os servidores pelo Canal de Informação da Divisão de Recursos Humanos e disponibilizadas ao público em geral, assim como os resultados alcançados, pelo *site* www.funag.gov.br.

Para o alcance dos resultados alcançados, a principal estratégia utilizada é a racionalização dos recursos materiais, humanos, logísticos e orçamentários desta Unidade Jurisdicionada em prol da maximização das atividades finalísticas, em consonância com seus objetivos e suas metas.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Buscando “ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira”, conforme Objetivo nº 0916 do Programa nº 2057 – “Política Externa”, a Fundação alcançou as seguintes metas em relação ao previsto no âmbito do PPA para o período 2012-2015:

- **realizados 3 (três) dos 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros. Assim, foram executados 30% da meta prevista;**
- **editadas e reimpressas 109 (cento e nove) das 120 (cento e vinte) publicações previstas no PPA, sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira. Cumprida, portanto, 92,5% da meta total;**
- **implantada a biblioteca virtual, que contém, entre outras publicações, dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas com enfoque em temas da política externa. Foi também implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa. Foram cumpridas 100% dessas duas metas previstas no PPA. Nos próximos anos serão atualizadas e ampliadas as obras da biblioteca virtual e as informações do cadastro;**
- **realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 22 (vinte e dois) dos 60 (sessenta) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, palestras, encontros e cursos. Neste item foram cumpridos 36% da meta prevista no PPA.**

Registre-se que também foi cumprido 100% (cem por cento) da iniciativa constante do PPA 2012-2015, no tocante às Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, com a “realização de exposições, seminários e edição de publicações sobre a vida e a obra do Barão do Rio Branco” e, adicionalmente, um Concurso de Redação.

Com relação à meta constante do PPA 2012-2015 que prevê a “realização de um concurso anual sobre dissertações de mestrados em Relações Internacionais e Ciências Políticas, com enfoque nos temas de Política Externa”, a FUNAG já solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu ajuste no âmbito do atual processo de revisão do PPA, de modo a ampliar o público-alvo do concurso a ser realizado, devendo abranger o meio acadêmico e não somente os cursos de mestrado ali especificados. Por essa razão essa atividade não foi realizada em 2012.

2.4 Indicadores

A Fundação Alexandre de Gusmão tem seus indicadores e metas institucionais aprovados, anualmente, pelo seu Presidente, por meio de Portaria, em consonância com o previsto no seu Plano de Trabalho Anual, o qual é previamente aprovado pelo Conselho de Administração Superior da FUNAG, e em consonância com o PPA.

Os indicadores para 2012 foram:

- I) realização de 27 debates, incluindo cursos, seminários, concursos, conferências, palestras e outros eventos culturais e pedagógicos, tendo sido realizados 54, com um cumprimento de 100% (cem por cento) acima do previsto inicialmente; e
- II) edição de 74 publicações, tendo sido publicadas 109 obras, com uma superação de 47% (quarenta e sete por cento) acima do indicador previsto.

O desempenho acima demonstrou eficácia, eficiência e efetividade na gestão dos macroprocessos, em face da superação dos indicadores previstos para o exercício de 2012.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

3.1 Estrutura de Governança

A Fundação Alexandre de Gusmão conta com um Conselho de Administração Superior e um Auditor Interno, cujas atribuições foram descritas no item 1.3 Organograma Funcional deste Relatório de Gestão.

O Auditor Interno da FUNAG integra o Sistema de Controle Interno do Governo Federal, se reportando em suas atividades e resultados à Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores, por ser a Fundação uma entidade vinculada àquela Pasta, de acordo com a legislação aplicável ao citado Sistema.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3 1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: A metodologia utilizada foram encontros presenciais com representantes de algumas Unidades da FUNAG, incluindo o Auditor Interno, com vistas a análise e valoração dos itens desta Avaliação, com base nos processos, rotinas e realidade diária de cada Área participante.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

3.3.2 Demonstração da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Estes subitens não se aplicam à natureza jurídica desta UJ, por não ser uma empresa estatal e, portanto, não tem previsão legal para pagamento a administradores ou membros do seu Conselho de Administração Superior.

3.4 Sistema de Correição

A FUNAG conta com estrutura organizacional, de cargos e e servidores muito reduzida, além de nos últimos cinco anos não ter havido demanda por instauração de sindicância alguma, bem como nunca houve, até a presente data, a necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar, razão pela qual não foi implantado um sistema de correição próprio. Por essa razão, apesar de se aplicar a esta UJ, não há conteúdo a ser declarado no exercício para este subitem.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Fundação, embora não tenha estrutura própria de correição, está interligada à mesma instância Setorial de Correição da CGU que atua junto ao Ministério das Relações Exteriores. Sempre que demandada por aquela Instância Setorial, a FUNAG encaminha as informações pertinentes.

Registre-se que esta Fundação conta com uma Comissão de Ética atuante, que se reúne periodicamente para atualizar informações e buscar novos mecanismos de conscientização dos servidores quanto à legislação e as melhores práticas nesse campo.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

4.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4 1 - PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA - TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2057			
Título	Política Externa			
Órgão Responsável	Ministério das Relações Exteriores			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	7.540.000,00	7.540.000,00		
b) Outras Fontes	-	-		
c) Subtotais (a + b)	7.540.000,00	7.540.000,00		
d) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
7.430.333,92	7.231.705,29	-	198.628,63	7.231.705,29
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0916	Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltadas para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.	Ministério das Relações Exteriores		

Análise Crítica: A Fundação Alexandre de Gusmão é o órgão responsável pela implementação e informações no SIOP quanto ao Objetivo nº 0916 do Programa nº 2057 – Política Externa, bem como suas metas, iniciativas, ações e respectivos resultados, embora o Ministério das Relações Exteriores seja o órgão responsável, definido no Anexo I, da Lei nº 12.593/2012.

O Orçamento da atividade finalística foi executado em 100% (cem por cento), no que diz respeito aos recursos orçamentários alocados diretamente pela União. Quanto aos recursos próprios, esses não tiveram sua arrecadação total no montante previsto no Orçamento, com um reflexo de 2% (dois por cento) sobre o total do orçamento da atividade finalística, que não puderam ser executados. Esse fato não afetou o alcance das metas físicas previstas para o exercício, uma vez que elas foram planejadas para serem executadas com recursos da União. Ao todo, foram liquidados 98% (noventa e oito por cento) dos recursos empenhados e inscritos em restos a pagar apenas 2% (dois por cento).

4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programa Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0916					
Descrição	Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltadas para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.					
Programa	Política Externa					
Órgão Responsável	Ministério das Relações Exteriores					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.540.000,00	7.540.000,00	7.430.333,92	7.231.705,29	-	198.628,63	7.231.705,29
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira	UN	-	109	-	-
02	Implantar biblioteca virtual contendo seleção de dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas de política externa.	UN	-	01	-	-
03	Implantar cadastro de referências em relações internacionais e política externa	UN	-	01	-	-
04	Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros	UN	-	3	-	-
05	Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional	UN	-	22	-	-
06	Realizar concursos anuais de dissertações de mestrados em relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas da política externa.	UN	-	-	-	-

Análise Crítica: A Fundação Alexandre de Gusmão é o órgão responsável pela implementação e informações no SIOP quanto ao Objetivo nº 0916 do Programa nº 2057 – Política Externa, bem como suas metas, iniciativas, ações e respectivos resultados, embora o Ministério das Relações Exteriores seja o órgão responsável, definido no Anexo I, da Lei nº 12.593/2012.

O SIOP apenas possibilitou, em 2012, os detalhamentos das metas físicas executadas e suas descrições, sem especificação das respectivas previsões anuais. O Sistema também não oportunizou aos responsáveis pelos registros a separação de informações sobre a previsão e realização das respectivas metas financeiras referentes às metas físicas, bem como seus custos específicos.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código		03VA				
Descrição		Edição e difusão de estudos e reflexões sobre temas das relações internacionais, da política externa e da história diplomática brasileira				
Objetivo		Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltadas para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério das Relações Exteriores				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
				-		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código		03VB				
Descrição		Promoção de atividades culturais, pedagógicas e de divulgação de temas da política externa e da memória diplomática.				
Objetivo		Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltadas para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério das Relações Exteriores				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código		03VC				
Descrição		Promoção de debates, por meio de realização de colóquios, mesas redondas, encontros, seminários, cursos, conferências sobre os temas prioritários da política externa e da história diplomática brasileira.				
Objetivo		Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltadas para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério das Relações Exteriores				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código		03VD				
Descrição		Realização de exposições, seminários e edição de publicações sobre a vida e obra do Barão do Rio Branco, em comemoração ao seu centenário de morte.				
Objetivo		Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltadas para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério das Relações Exteriores				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

Análise Crítica: A Fundação Alexandre de Gusmão, órgão responsável pela implementação e informações no SIOP quanto ao Objetivo nº 0916 do Programa nº 2057 – Política Externa, bem como suas metas, iniciativas, ações e respectivos resultados, embora o Ministério das Relações Exteriores seja o órgão responsável, definido no Anexo I, da Lei nº 12.593/2012. O SIOP disponibilizou para o preenchimento de informações sobre os detalhamentos das metas físicas executadas e suas descrições, sem especificação das respectivas previsões anuais. Por outro lado, o SIOP não oportunizou o registro de informações sobre a previsão e realização das iniciativas, bem como seus custos específicos.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		2367				
Descrição		Atividades de Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil				
Iniciativa		Implementação e promoção de uma série de pesquisas, publicações, estudos e projetos, bem como atividades culturais e pedagógicas nos campos da política externa brasileira, de relações internacionais e da preservação da história diplomática do País, incluindo-se debates, seminários, conferências, concursos e outros. São adotadas estratégias de divulgação e de difusão diferenciadas, abrangendo meios de comunicação diversos.				
Unidade Responsável		Ministério das Relações Exteriores				
Unidade Orçamentária		Fundação Alexandre de Gusmão				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.540.000,00	7.540.000,00	7.430.333,92	7.231.705,29	-	198.628,63	7.231.705,29
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Atividades	Atividade realizada	50	163	7.540.000,00	7.231.705,29

Análise Crítica: A Fundação Alexandre de Gusmão é o órgão responsável pela implementação e informações no SIOP quanto ao Objetivo nº 0916 do Programa nº 2057 – Política Externa, bem como suas metas, iniciativas, ações e respectivos resultados, embora o Ministério das Relações Exteriores seja o órgão responsável, definido no Anexo I, da Lei nº 12.593/2012. No entanto, esta ação coincide, inclusive quanto a sua descrição, com o programa orçamentário constante do Orçamento Geral da União para a execução do Objetivo nº 0916, razão pela qual os dados foram transpostos do SIAFI para o Quadro acima. A meta física acima foi prevista no Orçamento Geral da União, tendo sido, nesse caso, realizado um percentual acima de 200% (duzentos por cento) da meta física prevista para o exercício.

O Orçamento da atividade finalística foi executado em 100% (cem por cento), no que diz respeito aos recursos orçamentários alocados diretamente pela União. Quanto aos recursos próprios, esses não tiveram sua arrecadação total no montante previsto no Orçamento, com um reflexo de 2% (dois por cento) sobre o total do orçamento da atividade finalística, que não puderam ser executados. Esse fato não afetou o alcance das metas físicas previstas para o exercício, uma vez que elas foram planejadas para serem executadas com recursos da União. Ao todo, foram liquidados 98% (noventa e oito por cento) dos recursos empenhados e inscritos em restos a pagar apenas 2% (dois por cento).

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2118				
Título		Programa de Gestão e Manutenção				
Órgão Responsável		Ministério das Relações Exteriores				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	2.900.000,00	2.581.060,79	2.334.445,20	-	246.615,59	2.334.445,20

Análise Crítica: A execução deste Programa foi em torno de 89% (oitenta e nove por cento) da dotação orçamentária aprovada, em função de contingenciamento no limite orçamentário disponibilizado para execução. Foi inscrito em Restos a Pagar cerca de 1% da dotação disponibilizada e empenhada.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		2118				
Descrição		Programa de Gestão e Manutenção				
Unidade Responsável		Ministério das Relações Exteriores				
Unidade Orçamentária		Fundação Alexandre de Gusmão				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.416.530,00	9.922.562,00	9.271.757,52	9.002.907,38	-	268.850,14	9.002.907,38
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Administração da Unidade	-	-	-	3.000.000,00	2.680.882,00
02	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	UN	53	59	85.732,00	85.732,00
03	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados	UN	08	13	9.000,00	11.649,85
04	Auxílio-transporte aos servidores e empregados	UN	42	59	78.000,00	60.388,69
05	Auxílio-alimentação aos servidores e empregados	UN	82	75	300.000,00	275.037,08
06	Assistência Médica aos servidores e empregados – exames periódicos	UN	82	43	14.742,00	13.684,55
07	Capacitação de servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação	UN	82	80	100.000,00	50.464,28
08	Pagamento de Pessoal ativo da União	-	-	-	5.114.880,00	5.320.998,45
09	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	-	-	-	739.908,00	772.920,62

Análise Crítica: As metas físicas acima informadas são as que constam do Orçamento Geral da União, uma vez que não foram previstas ou disponibilizadas, no SIOP, as metas referentes a essas Ações. Ao todo foram executados 93% (noventa e três por cento) dos recursos de pessoal e benefícios.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO	35201	244001

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		6.322.788	3.762.409	-	-	11.001.742	16.180.000
	PLOA		6.322.788	3.762.409	-	-	11.001.742	14.907.366
	LOA		6.322.788	3.762.409	-	-	11.001.742	14.907.366
CRÉDITOS	Suplementares		580.000	3.011.000	-	-	26.032	40.000
	Especiais	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações				-	-	-	-	-
Total			6.902.788	6.773.409	-	-	11.027.774	14.947.366

Fonte: SIAFI/LOA

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		100.000	200.000	-	-	-	-
	PLOA		100.000	200.000	-	-	-	-
	LOA		100.000	200.000	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			100.000	200.000	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/LOA

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		11.001.742	16.180.000	100.000	200.000	-	-
	PLOA		11.001.742	14.907.366	100.000	200.000	-	-
	LOA		11.001.742	14.907.366	100.000	200.000	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		26.032	40.000	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			11.027.774	14.947.366	100.000	200.000	-	-

Fonte: SIAFI/LOA

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	244001	240069	35201 071222118200 00001	-	-	16.408
	Recebidos	240005	244001	35101 073012118200 40001	-	-	24.866
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/LOA

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO –
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	8.017.827,21	8.542.350,27	8.017.827,21	8.542.350,27
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	7.997.533,01	8.542.350,27	7.997.533,01	8.542.350,27
e) Concurso	20.294,20	-	20.294,20	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	1.289.045,69	1.244.472,00	1.289.045,69	1.244.472,00
g) Dispensa	361.441,13	296.729,03	361.441,13	296.729,03
h) Inexigibilidade	927.604,56	947.742,97	927.604,56	947.742,97
3. Regime de Execução Especial	2.631,88	5.225,03	2.631,88	5.225,03
i) Suprimento de Fundos	2.631,88	5.225,03	2.631,88	5.225,03
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	6.836.600,46	6.410.004,54	6.836.600,46	6.410.004,54
j) Pagamento em Folha	6.614.738,51	6.235.189,28	6.614.738,51	6.235.189,28
k) Diárias	221.861,95	174.815,26	221.861,95	174.815,26
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	16.146.105,24	16.202.051,84	16.146.105,24	16.202.051,84

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
31.90.01	466.694,60	418.610,17	466.694,60	418.610,17	-	-	466.694,60	418.610,17
31.90.03	54.124,84	52.328,59	54.124,84	52.328,59	-	-	54.124,84	52.328,59
31.90.08	1.478,31	1.478,31	1.478,31	1.478,31	-	-	1.478,31	1.478,31
31.90.11	5.060.728,89	4.821.728,61	5.060.728,89	4.821.728,61	-	-	5.060.728,89	4.821.728,61
31.90.13	879.231,65	837.162,22	879.231,65	837.162,22	-	-	879.231,65	837.162,22
31.90.16	35.713,12	103.881,38	35.713,12	103.881,38	-	-	35.713,12	106.881,38
31.90.92	116.767,10	-	116.767,10	-	-	-	116.767,10	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
33.50.39	23.646,00	-	23.646,00	-	-	-	23.646,00	-
33.90.08	11.649,85	7.426,15	11.649,85	7.426,15	-	-	11.649,85	7.426,15
33.90.14	179.061,85	143.074,16	179.061,85	143.074,16	-	-	179.061,85	143.074,16
33.90.30	105.675,53	71.190,20	84.574,28	54.119,50	21.101,25	17.070,70	84.574,28	54.119,50
33.90.31	20.294,20	-	20.294,20	-	-	-	20.294,20	-
33.90.32	78.450,97	93.727,97	78.450,97	93.727,97	-	-	78.450,97	93.727,97
33.90.33	944.983,24	800.149,85	944.983,24	800.149,85	-	-	944.983,24	800.149,85
33.90.36	704.580,84	688.898,41	695.914,18	672.898,41	8.666,66	16.000,00	695.914,18	672.898,41
33.90.39	7.895.965,16	8.209.314,76	7.533.196,14	7.399.571,99	362.769,02	809.742,77	7.533.196,14	7.399.571,99
33.90.46	275.037,08	283.079,25	275.037,08	283.079,25	-	-	275.037,08	283.079,25
33.90.47	97,04	50.904,19	97,04	50.904,19	-	-	97,04	50.904,19

33.90.49	60.388,69	61.409,01	60.388,69	61.409,01	-	-	60.388,69	61.409,01
33.90.92	-	345,80	-	345,80	-	-	-	345,80
33.90.93	87.356,03	55.619,85	87.356,03	55.619,85	-	-	87.356,03	55.619,85
33.91.39	77.032,18	-	50.995,46	-	26.036,72	-	50.995,46	-
33.91.47	52.590,50	-	52.590,50	-	-	-	52.590,50	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
44.90.39	13.782,50	13.002,00	13.782,50	1.180,00	-	11.822,00	13.782,50	1.180,00
44.90.52	86.038,71	63.520,59	77.488,71	52.273,39	8.550,00	11.247,20	77.488,71	52.273,39
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

A FUNAG não recebeu crédito por movimentação interna ou externa. Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens.

5. PARTE A, ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

5.1.2 Análise Crítica

Esta Unidade não realizou nenhum reconhecimento de passivos em 2012. Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	865.882,67	17.341,20	504.674,44	343.867,03
2010	2.787.892,77	178.535,11	2.580.020,31	29.337,35
...				

5.2.2 Análise Crítica

A UJ realiza os pagamentos dos “Restos a Pagar” regularmente, a medida em que são emitidas as respectivas notas fiscais atestadas e formalizados os processos, uma vez que, até a presente data, os recursos financeiros são disponibilizados à Unidade, pelo Órgão Setorial, ainda no ano em que são inscritas as despesas.

Os Restos a Pagar não causaram impactos na gestão financeira da Unidade Jurisdicionada pela razão acima exposta.

A permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício financeiro, não processados, ocorreu em função da demora no envio das notas fiscais por parte da empresa contratada, embora a UJ tenha realizado constantes cobranças.

Todos Restos a Pagar de exercício anterior ao exercício de referência registrados no SIAFI tiveram sua vigência prorrogada pelo Decreto nº 7.654 de 23/12/11.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Alexandre de Gusmão									
CNPJ: 00.662.197/0001-24				UG/GESTÃO: 244001/24290					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	01/2008	GEAP	537.636,00	-	175.614,24	400.874,97	01/07/2008	04/02/2013	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIAFI									

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Alexandre de Gusmão					
CNPJ:	00.662.197/0001-24					
UG/GESTÃO:	244001/24290					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-	175.614,24	129.968,73	43.667,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	175.614,24	129.968,73	43.667,00

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Alexandre de Gusmão					
CNPJ: 00.662.197/0001-24			UG/GESTÃO: 244001/24290		
Modalidade	Qtd. De Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repasados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	1	537.636,00	400.874,97	136.761,03	75%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	537.636,00	400.874,97	136.761,03	75%

Fonte: SIAFI

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores
em
R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Alexandre de Gusmão					
CNPJ: 00.662.197/0001-24		UG/GESTÃO: 244001/24290			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	175.614,24	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	129.968,73	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	7.590,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: SIAFI					

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Alexandre de Gusmão					
CNPJ: 00.662.197/0001-24			UG/GESTÃO: 244001/24290		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			01	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	01	-
			Contas Não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)	-		-		
2011	Quantidade de contas prestadas			02	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		02	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
2010	Quantidade de Contas Prestadas			02	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		02	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-
Fonte: SIASG/SICONV					

5.3.6 Análise Crítica

Os dois Convênios que tiveram vigência durante o período de 2010 a 2012, na FUNAG, referiram-se ao CIEE (estagiários) e GEAP (assistência médica aos servidores). Ambos se enquadram no art. 2º, inciso I, letra “C” da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, de 23.11.2011, embora estejam registradas no SIAFI e SICONV, regularmente.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em
R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					Total Geral
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		
			CPGF		
			Saque	Fatura	
244001	Fundação Alexandre de Gusmão	-	-	2.631,88	2.631,88
UG 2		-	-	-	-
UG 3		-	-	-	-
UG n...		-	-	-	-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	-	2.631,88	2.631,88

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

A UJ não dispõe de Conta Tipo B. As despesas a título de Suprimento de Fundos são realizadas por meio de Cartão de Crédito Corporativo (CPGF), que não conta com autorização para saques. Por essa razão, não este subitem não se aplica à realidade da Fundação.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGE)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	244001	Limite de Utilização da UG	15.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Érika dos Santos Coutinho do Nascimento	484.941.193-20	5.000,00	-	910,18	910,18
Elba Maria do Carmo Moreira	276.135.201-68	5.000,00	-	794,80	794,80
Helena Maria de Assis Torres	328.476.101-20	5.000,00	-	926,90	926,90
Total Utilizado pela UG			-	2.631,88	2.631,88
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			-	2.631,88	2.631,88

Fonte: SIAFI

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	3	2.631,88	2.631,88
2011	-	-	-	-	3	5.225,03	5.225,03
2010	-	-	-	-	3	6.555,98	6.555,98

Fonte: SIAFI

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	3	2.631,88	3	5.225,03	3	6.555,98

Fonte: SIAFI

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas

5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

5.5.7 Comunicações à RFB

5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

A FUNAG não dispõe de renúncias tributárias sob a sua Gestão, não se aplicando este subitem à sua realidade e natureza jurídica.

5.6 Gestão de Precatórios

5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

5.6.3 Análise Crítica

Não se aplicam à natureza jurídica da UJ, tendo em vista que a gestão de precatórios é realizada pelos Órgãos do Poder Judiciário Federal e a Fundação integra o Poder Executivo.

6. PARTE A, ITEM 6 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6. 1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	97	70		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	92	65		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	02	02		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	03	03		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	12	12		
4. Total de Servidores (1+2+3)	109	82		

Fonte: SIAPE

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	14
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	05
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Gsiste, Defensória Pública, TRE)	09
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	02
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	02
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	16

Fonte: SIAPE

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	25	24		
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	25	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	08	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	03	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	12	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	18	17	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	18	17	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	43	41	-	-

Fonte: SIAPE

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	29	18	14	7	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provedimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	4	3	2	2
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	29	22	17	9	5

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	20	36	10	4	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					02	10			
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	22	46	10	4	-
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	2.264.505,78		50.705,56		14.371,05					2.329.582,39
	2011	2.166.076,30		46.091,65		10.209,23					2.222.377,18
	2010	1.240.864,15		36.159,66		9.011,74					1.286.035,55
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	1.759.535,05									1.759.535,08
	2011	1.641.927,96									1.641.927,96
	2010	1.200.133,01									1.200.133,01
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	971.611,42									971.611,42
	2011	957.423,47									957.423,47
	2010	929.265,60									929.265,60

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsória	02	
1.3 Invalidez Permanente	01	
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	03	
2.2 Compulsória	01	
2.3 Invalidez Permanente	01	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	08	

Fonte: SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	02	
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)		

Fonte: SIAPE

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens, tendo em vista que não foi identificado nenhum caso de acumulação. Todos os servidores firmam declaração de próprio punho sobre a não cumulatividade de cargos, funções ou empregos públicos, as quais são mantidas nos assentamentos funcionais de cada servidor.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens, tendo em vista que não foi identificado nenhum caso de acumulação. Todos os servidores firmam declaração de próprio punho sobre a não cumulatividade de cargos, funções ou empregos públicos, as quais são mantida nos assentamentos funcionais de cada servidor.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	11	01	11	01
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	11	01	11	01

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	04	07		
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	04	07		

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	11			
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	11			
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	04			
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	04			

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não ocorreram atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico. Todos os atos foram encaminhados pelo SISAC. Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para este subitem.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	11	01		
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	11	01	-	-

6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A Fundação vem se utilizando de uma série de indicadores gerenciais sobre os seus recursos humanos, incluindo a apuração de metas institucionais, por meio dos indicadores que integram o Plano Plurianual – PPA.

Os recursos humanos da FUNAG são avaliados por meio de procedimentos e critérios específicos, abrangendo indicadores individuais como qualidade e produtividade; iniciativa e autodesenvolvimento; conhecimento de métodos; técnicas e comprometimento com o trabalho; cumprimento de normas de procedimentos e conduta; flexibilidade às mudanças; bem como disciplina, trabalho em equipe e relacionamento interpessoal.

O absenteísmo é medido e acompanhado por meio de controles de frequências diárias pelas respectivas Chefias das Áreas da FUNAG e, posteriormente, pela Divisão de Recursos Humanos.

A Fundação não teve registros, ao longo de 2012, de acidentes de trabalhos e doenças ocupacionais.

O último Concurso Público da FUNAG foi realizado em 2010, tendo sido prorrogado em 2012, por um período de mais 02(dois) anos. Foram esgotados os cadastros de reservas de alguns cargos que deverão ser objeto de novo concurso público a ser autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Verificou-se um alto registro de rotatividade e baixas de servidores, do Quadro de Pessoal da Fundação, no exercício de 2012, em especial pelo fato desses pertencerem ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, que apresenta um baixo nível de remuneração salarial, frente às carreiras já estruturadas. Buscando solucionar essa questão, no ano de 2007 foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão proposta de criação da carreira de “Divulgação da Política Externa Brasileira e Internacional”, tendo sido devolvido o respectivo processo de nº 09100.000267/2007-28 à FUNAG para “análise e reapresentação dos pleitos, tendo em vista o tempo decorrido e as mudanças ocorridas na gestão do MRE”. Nesse contexto, a Fundação Alexandre de Gusmão está realizando consultas junto ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, com vistas ao entendimento sobre o citado despacho e elaboração de nova proposta da carreira da FUNAG, para encaminhamento ao MPOG.

Não ocorreram vacâncias no Quadro de Pessoal da FUNAG em função e aposentadorias se servidores no decorrer de 2012.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens, tendo em vista que não há terceirização de seus Cargos e Atividades do Plano de Cargos. Ressalte-se que a Fundação não conta com um Plano de Cargos específico, seus servidores integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens, tendo em vista que não há terceirização de seus Cargos e Atividades do Plano de Cargos. Ressalte-se que a Fundação não conta com um Plano de Cargos específico, seus servidores integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

Não houve substituição de terceirizados em função de concurso público no âmbito da Fundação Alexandre de Gusmão, em 2012.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício para estes subitens, tendo em vista que não há terceirização de seus Cargos e Atividades do Plano de Cargos. Ressalte-se que a Fundação não conta com um Plano de Cargos específico, seus servidores integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

Não houve substituição de terceirizados em função de concurso público no âmbito da Fundação Alexandre de Gusmão, em 2012, nem autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício, tendo em vista que FUNAG não realizou contratação de serviços dessa natureza para suas instalações em Brasília ou no Rio de Janeiro, em 2012

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Alexandre de Gusmão													
UG/Gestão: 244001/24290					CNPJ: 00.662.197/0001-24								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	141/2008	01.596.964/0001-07	04.12.2008	30.03.2012	03	03	12	12			E
2009	4	O	33/2009	01.596.964/0001-07	01.06.2009	30.03.2012	02	02	07	07			E
2012	12	E	19/2012	08.723.350/0001-98	31.03.2012	08.07.2012	05	05	19	19			E
2012	02	O	68/2012	10.704.092/0001-44	09.07.2012	09.07.2013			02	02			A
2012	04	O	67/2012	06.246.679/0001-08	09.07.2012	08.07.2013	02	02					A
2012	12	O	65/2012	05.058.935/0001-42	09.07.2012	08.07.2013	03	03	21	21			A
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Divisão de Recursos Humanos e Divisão de Administração/FUNAG

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	19	24	22	23	126.581,00
1.1 Área Fim	15	18	17	19	
1.2 Área Meio	04	6	5	04	
2. Nível Médio	03	03	02	04	17.261,04
2.1 Área Fim	03	03	02	04	
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	22	27	24	27	

Fonte: CIEE e Divisão de Recursos Humanos/FUNAG

7. PARTE A, ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos da FUNAG é a Lei Nº 1.081, de 13 de abril de 1950; a Instrução Normativa nº6, de 6 de agosto de 1994, Ex-MARE; o Decreto Nº6.403, de 17 de março de 2008; e a Instrução Normativa Nº 3, de 15 de maio de 2008.

A frota de veículos da FUNAG é composta por dois veículos de serviço comum para transporte de pessoal a serviço e na realização de atividades específicas de distribuição das publicações editadas pela Fundação. A frota de veículos constitui importante instrumento para a consecução da atividade fim desta fundação no que se refere à promoção da política externa brasileira.

A Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Grupo: Veículos de Serviços Comuns				
Quant. Veículos	Utilização		Características	Usuário
1	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico - automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo
1	No transporte de pessoal a serviço e realização de atividades específicas	Transporte coletivo e de carga leve e atividades específicas	Veículo básico - van - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço e no transporte de carga em serviço
TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO				2
TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA				2

A média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos acima relacionados é:

Grupo	Km rodados VAN	Km rodados Veículo Básico	Média Anual de Km rodados
Veículos de serviços comuns	6.066 km	15.365 km	10.715,5 km

A idade média da frota da FUNAG, por grupo de veículos, é de 5,5 anos e os custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros) são:

Custos de Manutenção da frota				
Combustíveis	Revisões Periódicas/ Lubrificantes	Seguros obrigatórios DPVAT	Licenciamento	Serviços Terceirizados de Motorista
R\$ 5.015,14	R\$ 838,05	R\$ 97,04	R\$ 348,58	R\$ 71.074,79
Custo Total de Manutenção da frota				R\$ 77.373,60

Não foi prevista a substituição de veículos para o exercício considerado, nem foram adquiridos veículos ou realizado contrato de locação de veículos de uso regular para a FUNAG, no exercício de 2012.

A Divisão de Administração da FUNAG, por meio de seu Setor de Apoio Administrativo e Patrimônio, tem como atribuição controlar o uso e a manutenção dos veículos oficiais, a fim de assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte. Para tanto, mencionado setor utiliza formulários para requisição de transporte, bem como para o controle de abastecimento, e, mantém atualizado um banco de dados com informações sobre a manutenção e utilização dos veículos.

A Requisição de Transporte é um formulário padrão com as seguintes informações: setor demandante, nome do requerente, data, hora, placa do veículo, nome do motorista, local de saída, endereço do destino, motivo da saída, assinaturas do requerente, do motorista e do responsável pela Divisão de Administração.

A Autorização para Abastecimento de Veículos é um formulário padrão numerado, com as seguintes informações: data, identificação do veículo, placa do veículo, tipo de combustível, quantidade de litros por abastecimento, valor do abastecimento, hodômetro, assinaturas do motorista e do responsável pela Divisão de Administração.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício, a mesma não conta com frota de veículos automotores a serviço da UJ, contratada de terceiros.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício, tendo em vista que a mesma não possui patrimônio imobiliário.

8. PARTE A, ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8. 1 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
☐	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
☒	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
☒	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
☒	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
☒	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
☒	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
☒	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
☐	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
☐	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
☐	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
☐	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
☐	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
☒	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
☐	Auditoria de governança de TI.
☐	Auditoria de sistemas de informação.
☐	Auditoria de segurança da informação.
☐	Auditoria de contratos de TI.
☐	Auditoria de dados.
☐	Outra(s). Qual(is)? _____
☒	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	

☒	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
☐	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
☐	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
☐	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
☐	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
☐	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
☐	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
☐	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
☐	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
☐	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
☐	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
☐	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
☒	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
☒	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
☒	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
☐	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
☐	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
☐	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
☐	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
☐	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
☐	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
☐	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
☐	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
☐	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
☐	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
☒	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
☐	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☐	Entre 1 e 40%.
☐	Entre 41 e 60%.
☒	Acima de 60%.
☐	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Seguem abaixo alguns comentários sobre os itens que integram o quadro A.8.1	
Item 4- A Fundação está desenvolvendo o PDTI, em todas as suas etapas, com apoio da consultoria do SISP/MPOG.	

9. PARTE A, ITEM 9 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9. 1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Nos editais de licitações, é solicitada a apresentação da Declaração de Sustentabilidade, conforme Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Todas as lâmpadas utilizadas pela UJ são fluorescentes, propiciando menor consumo de energia.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Sacolas reutilizáveis em substituição às de plástico.					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Correio eletrônico institucional e comunicações oficiais internas.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Por meio do canal de comunicação da Divisão de Recursos Humanos.					X
Considerações Gerais:					
Metodologia: análise dos quesitos realizada por grupo de servidores da área de administração.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em
R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	987	1.499	1.607	R\$ 7.896,00	R\$ 12.984,00	R\$ 14.547,05
Água	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
			Total	R\$ 7.896,00	R\$ 12.984,00	R\$ 14.547,05

A Unidade Jurisdicionada se encontra nas dependências do Ministério das Relações Exteriores – MRE, aderindo e mobilizando a sua força de trabalho para somar esforços com o Ministério nas campanhas que promove, além de procurar conscientizar permanentemente sua equipe quanto a necessidade de racionalizar o uso de energia elétrica, água e papel.

10. PARTE A, ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10. 1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG					299
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-037.535/2011-0	0329/2012 – TCU – Plenário	9, 9.3,9.4	DE/RE	Ofício nº 176/2012-TCU/SECEX-5
2	TC-035.981/2011-3	0455/2012 – TCU -2ª Câmara	1.6	DE	AC – Controle 46338-TCU/Sefip e Ofício nº 014/2012/CISET/APES/MRE
3	TC-002.741/2012-1	1054/2012 – TCU – Plenário	9, 9.2	DE	Ofício nº 024/CISET/QITC/MRE
4	TC-027.845/2011-7	6011/2012 – TCU – 2ª Câmara	1.7	RE	Mem.CISET nº 177/Ostensivo/Normal
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNAG					299
Descrição da Deliberação					
1 – Determinar à Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) que faça constar em seus futuros processos licitatórios toda a documentação utilizada como base à formação do preço estimado pela administração, valor esse utilizado como parâmetro nas contratações de bens e serviços e cientificar a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) a respeito de impropriedades verificadas no Pregão FUNAG nº 8/2011, recomendando-a que envide esforços no sentido de evitar a sua reincidência. 2 - Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema SISAC, no prazo máximo de 60(sessenta) dias, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas pelo Tribunal ou preenchendo o campo de “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal” detalhando a situação concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal. 3 - Determinar que sejam exigidas das empresas contratadas, por ocasião de cada pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas. 4 - Dar ciência à Funag das recomendações proferidas pela CISET/MRE no Relatório de Auditoria de Gestão 4/2011 (peça5.p.15), cientificando-a de que a adoção dessas medidas poderá reduzir o risco trabalhista e pagamentos indevidos em contratos de prestação de serviços.					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
1 - FUNAG – Divisão de Administração – DA. 2 - FUNAG – Divisão de Recursos Humanos – DRH. 3 - FUNAG – Divisão de Administração, Divisão de Publicações, Divisão de Recursos Humanos, Coordenação-Geral de Projetos. 4 - FUNAG – Coordenação de Administração e Finanças, Divisão de Recursos Humanos – DRH e Divisão de Administração – DA e gestores de contratos.	299
Síntese da Providência Adotada	
1 - A determinação e as recomendações foram devidamente observadas e adotadas, sendo conferida completa ciência do Acórdão nº 0329/2012 à Divisão competente, para atenção e fiel cumprimento. 2 - A determinação de novos atos no sistema SISAC foi devidamente cumprida no prazo estabelecido. 3 - A determinação foi devidamente adotada, tendo sido dada a respectiva ciência do teor do Acórdão nº 1054/2012 às pertinentes Divisões da Fundação para fiel cumprimento, o que vem sendo plenamente atendido. 4 – As Unidades da FUNAG pertinentes foram devidamente cientificadas do teor do Acórdão nº 6011/2012-TCU-2ª Câmara e vêm dando cumprimento às recomendações.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Estão sendo cumpridas as Recomendação/Determinações do TCU.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve dificuldade por parte da UJ na adoção das Recomendações e Determinações do TCU.	

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício, tendo em vista que não ocorreu situação de pendência ao atendimento das Deliberações do TCU ao final do exercício.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício, tendo em vista que não ocorreram recomendações do Órgão de Controle Interno à FUNAG, em 2012, e não haviam pendências a serem atendidas.

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Apesar de se aplicar à natureza da Fundação, não existem conteúdos a serem declarados no exercício, tendo em vista que não ocorreram recomendações do Órgão de Controle Interno à FUNAG, em 2012, e não haviam pendências a serem atendidas no final ao exercício.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ.

A Auditoria Interna da Unidade Jurisdicionada composta por apenas 01 (um) auditor interno. No organograma da UJ, a Auditoria Interna está subordinada e posicionada à Presidência da FUNAG.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações.

Análise dos processos administrativos de pagamentos, de licitação, de dispensa e inexigibilidade de licitação, de convênio, dos procedimentos e controles de almoxarifado, patrimônio e transporte, bem como o acompanhamento dos processos de serviços terceirizados, passagens/diárias no SCDP e ainda das contas contábeis junto ao SIAFI; das conformidades diárias sobre a instrução documental nos processos e assessoria interna por meio de orientações quanto aos procedimentos administrativos e devida instrução processual, bem como, acompanhamento do envio às Divisões da FUNAG quanto aos documentos recebidos da Secretaria de Controle Interno – Ciset e do Tribunal de Contas da União – TCU e seu fiel e devido cumprimento.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

Por a Unidade Jurisdicionada contar em suas dependências com o real e presente efetivo pessoal em exercício de apenas 68 servidores, dos quais 58 estão lotados em Brasília/DF e 10 no Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD/RJ, para o período considerado não se fez necessário emitir recomendações formais e expressas no âmbito da Auditoria Interna, sendo exaradas tão somente orientações e medidas saneadoras adotadas de imediato na análise dos processos e nas averiguações da Auditoria nas respectivas divisões da Unidade Jurisdicionada.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna.

Não foram exaradas recomendações pela auditoria interna da UJ, apenas orientações e medidas administrativas saneadoras na análise dos processos, com rotina praticamente diária de seu cumprimento, considerando que antes do efetivo pagamento todos os processos passam anteriormente pela Auditoria.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

Nos exercícios há a existência sistemática do Plano de Auditoria referente a averiguações nas divisões da Unidade Jurisdicionada previamente agendadas, para análise dos procedimentos adotados, contagem de material, publicações, verificação nos sistemas competentes e nos controles expressos, bem como, pelo reduzido universo de servidores da UJ e seus processos é possível efetivar o constante monitoramento dos resultados ao longo do exercício, pela análise diária dos processos em seus diversos trâmites, antes e após a realização do pagamento, o que resultou em significativa redução de ocorrências que se fizessem necessárias expedição de recomendações, sendo exaradas no ato da verificação a competente orientação a fim de sanear e erradicar equívocos processuais e procedimentais.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.

A ciência é feita por meio de memorando emitido pela auditoria dirigido ao Presidente da UJ, com a devida solicitação de envio às competentes divisões da mesma para ciência e fiel cumprimento, sendo a certificação de conhecimento registrada com a aposição de assinatura, data e carimbo sobre o aviso de recebimento da peça, quando há ocorrência de recomendações e os devidos riscos frente ao não cumprimento. Da mesma forma procede-se quanto ao teor do cumprimento das decisões do TCU e do OCI.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Esta ocorrência não se aplicou à Unidade Jurisdicionada em face da sua não incidência.

10.3 Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	25		25
	Entregaram a DBR	25		25
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	51		51
	Entregaram a DBR	51		51
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	18		18
	Entregaram a DBR	18		18
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Divisões de Recursos Humanos

10.1.1.1 Análise Crítica

As exigências decorrentes da Lei 8.730/93 foram cumpridas por todos os servidores da Unidade Jurisdicionada.

A unidade interna responsável por gerenciar o recebimento da DBR é a Divisão de Recursos Humanos que, por possuir um quadro reduzido de servidores, o acompanhamento e controle de entrega das DBR é realizado por planilha no Excel. A recepção das DBR é realizada em papel, conferidas com o original e lacradas. As DBR são mantidas em arquivo, lacradas, em envelope lacrado, com a assinatura do servidor no local do lacre, fechado, o qual fica sob a responsabilidade da Divisão de Recursos Humanos da FUNAG.

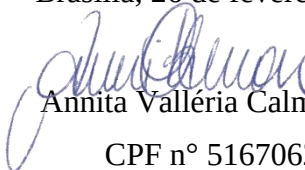
10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Annita Valléria Calmon Mendes**, CPF nº 516706231-49, **Chefe da Divisão de Administração, exercido na Divisão de Administração da Fundação Alexandre de Gusmão**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 26 de fevereiro de 2013.



Annita Valléria Calmon Mendes

CPF nº 516706231-49

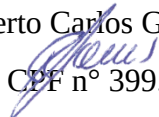
Chefe da Divisão de Administração/ Fundação Alexandre de Gusmão

DECLARAÇÃO

Eu, **Roberto Carlos Guimarães Torres**, CPF nº 399.335391-91, **Coordenador de Administração e Finanças, exercido na Fundação Alexandre de Gusmão** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 26 de fevereiro de 2013.

Roberto Carlos Guimarães Torres



CPF nº 399.335391-91

Coordenador de Administração e Finanças/Fundação Alexandre de Gusmão

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

No que se refere às Normas NBC T 16.10 e NBC 16.09, encontra-se em desenvolvimento nesta Unidade Jurisdicionada o Sistema, informatizado, para possa ser realizada a depreciação dos bens da Fundação Alexandre de Gusmão e realizada a correspondente contabilidade no SIAFI.

A FUNAG dispõe de uma equipe muito reduzida de servidores no campo da informática, que integram seu Quadro de Pessoal, além de não dispor de recursos específicos para essa tecnologia da informação e informática, sendo compartilhados e destinados pela Administração recursos no âmbito do Programa de Gestão e Manutenção, não existindo um sistema padrão do Governo Federal disponibilizado às Unidades Jurisdicionadas para cumprimento das Normas legais adotadas. Dessa forma, esta UJ deverá concluir e implantar, ainda em 2013, citado sistema próprio para depreciação de seus bens, com vista ao respectivo registro contábil exigido pelas Normas supracitadas.

Quanto à Amortização e Exaustão, essas não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

QUADRO A. 11. 1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	26/2/2013
Contador Responsável	Everaldo Brandão Rocha	CRC nº	010.771/O-3


Everaldo Brandão Rocha
Contador
CRC-DF nº 010771/O-3

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

A FUNAG executa sua contabilidade pelo Sistema Integrado de Administração e Financeira do Governo Federal – SIAFI, encontrando-se a seguir as demonstrações contábeis pertinentes a esta UJ.

Quanto as Notas Explicativas, essas não se aplicam uma vez que esta Unidade Jurisdicionada executa sua contabilidade integralmente pelo SIAFI.

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - FINANCEIRO

		TELA: 1
		CONF. SEM RESTRICAO
		EXERCICIO
		2012
INGRESSOS		20.001.268,96
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES		105.632,77
RECEITA DE SERVICOS		105.632,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011		0,00
DEDUCOES DA RECEITA		63,00-
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		16.831.683,62
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS		16.831.620,62
REPASSE RECEBIDO		16.831.620,62
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		63,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		63,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		3.064.015,57
VALORES EM CIRCULACAO		1.209.481,55
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 0107710-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - FINANCEIRO

TELA: 2
 CONF. SEM RESTRICAO

INGRESSOS	EXERCICIO
	2012
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.209.481,55
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	829.585,87
FORNECEDORES	0,00
DO EXERCICIO	0,00
CONVENIOS A PAGAR	0,00
RESTOS A PAGAR	828.687,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	811.345,80
CANCELADO	17.341,20
OUTROS DEBITOS	898,87
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.024.948,15
INCORPORACAO DE DIREITOS	653.207,53
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	653.207,53
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	371.740,62
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Evandro Brandão Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 010771/D-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12

USUARIO : EVERALDO

UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 3

BALANCO - FINANCEIRO

CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO

INGRESSOS

2012

EXERCICIOS ANTERIORES

6.674,08

RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR

365.066,54

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Caridade
CPF nº 0107710-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - FINANCEIRO

TELA: 4
 CONF. SEM RESTRICAO

DISPENDIOS	EXERCICIO 2012
DISPENDIOS	20.001.268,96
DESPESAS CORRENTES	17.131.547,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.735.506,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.387.186,48
OUTRAS DESPESAS	10.387.186,48
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	1.008.854,33
DESPESAS DE CAPITAL	99.821,21
INVESTIMENTOS	99.821,21
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	16.408,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	16.408,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Brandão Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 010771/0-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - FINANCEIRO

	TELA: 5
	CONF. SEM RESTRICAO
	EXERCICIO
	2012
DISPENDIOS	
REPASSE CONCEDIDO	16.408,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	0,00
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	2.753.492,08
VALORES EM CIRCULACAO	1.146.216,43
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.146.216,43
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	877.079,57
FORNECEDORES	10.298,03
DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.638,03
CONVENIOS A PAGAR	660,00
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	865.882,67
OUTROS DEBITOS	898,87
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	730.196,08
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Brundão Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 0107710-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12

USUARIO : EVERALDO

UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 6

BALANCO - FINANCEIRO

CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO

2012

DISPENDIOS	
BAIXA DE DIREITOS	365.066,54
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	365.066,54
INCORPORACAO DE OBRIGACOES	365.129,54
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	365.066,54
OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	63,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brandão Rocha
Contador
CPF 111.111-3

SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)

POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12

USUARIO : EVERALDO

UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 1

BALANCO - PATRIMONIAL

CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO 2012
ATIVO	14.275.254,59
ATIVO FINANCEIRO	1.146.216,43
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.146.216,43
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	493.008,90
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	653.207,53
ATIVO NAO FINANCEIRO	629.515,76
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	421.011,32-
CREDITOS EM CIRCULACAO	570.530,39-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	653.207,53-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	82.677,14
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	149.519,07
ESTOQUES	149.519,07
PERMANENTE	1.050.527,08

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brando Rocha
Contador
CRC-DF nº 01077110-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - PATRIMONIAL

	TELA: 2
	CONF. SEM RESTRICAO
	EXERCICIO
	2012 *
ATIVO	
IMOBILIZADO	997.652,62
BENS MOVEIS E IMOVEIS	997.652,62
INTANGIVEL	52.874,46
ATIVO REAL	1.775.732,19
ATIVO COMPENSADO	12.499.522,40
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	12.499.522,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.049.186,44
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	11.450.335,96

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Brumão Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 010771/0-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - PATRIMONIAL

TELA: 3
 CONF. SEM RESTRICAO

PASSIVO	EXERCICIO
	2012
PASSIVO	14.275.254,59
PASSIVO FINANCEIRO	812.244,67
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	812.244,67
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	898,87
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00
CONVENIOS A PAGAR	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	898,87
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	811.345,80
A LIQUIDAR	811.345,80
PASSIVO NAO FINANCEIRO	811.345,80-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	811.345,80-
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Brandão Rocha
 Contador
 CRC-SP-12.918/710-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12

USUARIO : EVERALDO

UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)

ANO (ENCERRADO)

TELA: 4

BALANCO - PATRIMONIAL

CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO 2012
PASSIVO	
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	811.345,80-
PASSIVO REAL	898,87
PATRIMONIO LIQUIDO	1.774.833,32
PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
PATRIMONIO	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	2.081.538,21
RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.081.538,21
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
RESULTADO DO PERIODO	306.704,89-
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.775.732,19
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	2.082.437,08-
PASSIVO COMPENSADO	12.499.522,40
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	12.499.522,40
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brandão Rocha
Controlador

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
BALANCO - PATRIMONIAL

	TELA: 5
	CONF. SEM RESTRICAO
	EXERCICIO
PASSIVO	2012
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.049.186,44
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	11.450.335,96

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brondão Rocha
Contador
CRC-DF nº 010771/0-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

TELA: 1
 CONF. SEM RESTRICAO

VARIACOES ATIVAS	EXERCICIO 2012
VARIACOES ATIVAS	19.998.435,42
ORCAMENTARIAS	18.238.757,07
RECEITAS CORRENTES	105.632,77
RECEITA DE SERVICOS	105.632,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	63,00-
INTERFERENCIAS ATIVAS	16.831.620,62
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	16.831.620,62
REPASSE RECEBIDO	16.831.620,62
MUTACOES ATIVAS	1.301.566,68
INCORPORACOES DE ATIVOS	834.087,91
AQUISICOES DE BENS	254.296,46
INCORPORACAO DE CREDITOS	579.791,45

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Brito Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 010771/0-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12

USUARIO : EVERALDO

UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)

ANO (ENCERRADO)

TELA: 2

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2012
VARIACOES ATIVAS	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	467.478,77
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.452.973,46
INTERFERENCIAS ATIVAS	63,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	63,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.452.910,46
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.063.828,64
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	30.892,14
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	11.822,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.021.114,50
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	389.081,82
RESULTADO PATRIMONIAL	306.704,89
DEFICIT	306.704,89

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brandão Rocha
Contador
CRC-DF nº 0107710-3

SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

VARIACOES PASSIVAS	2012
VARIACOES PASSIVAS	19.998.435,42
ORCAMENTARIAS	17.250.408,76
DESPESAS CORRENTES	17.131.547,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.735.506,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.387.186,48
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00
DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	1.008.854,33
DESPESAS DE CAPITAL	99.821,21
INVESTIMENTOS	99.821,21
INTERFERENCIAS PASSIVAS	16.408,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	16.408,00
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Brandão Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 010771/C-3

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12

USUARIO : EVERALDO

UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)

ANO (ENCERRADO)

TELA: 4

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO.

VARIACOES PASSIVAS	2012
REPASSE CONCEDIDO	16.408,00
MUTACOES PASSIVAS	2.631,88
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	2.631,88
LIQUIDACAO DE CREDITOS	2.631,88
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	2.748.026,66
INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	0,00
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.748.026,66
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.860.881,48
BAIXA DE BENS MOVEIS	274.257,08
BAIXA DE DIREITOS	1.586.624,40
INCORPORACAO DE PASSIVOS	887.145,18
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brandão Rocha
Contador

___ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

	VARIACOES PASSIVAS	EXERCICIO
SUPERAVIT		2012
		0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brundão Rocha
Contador
CRC-DF nº 010771/0-3

SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 DADOS REFERENTES A : 11Fe2013 as 11:12 USUARIO : EVERALDO
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 01
 UNIDADE GESTORA : 244001 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 GESTAO : 24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

R E C E I T A S	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES	200.399,00	200.399,00
RECEITAS DE SERVICOS	200.399,00	200.399,00
TOTAL	200.399,00	200.399,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00
TOTAL GERAL	200.399,00	200.399,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Brundão Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 010771/0-3

SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)

DADOS REFERENTES A : 11Fe2013 as 11:12 USUARIO : EVERALDO

MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02

UNIDADE GESTORA : 244001 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

GESTAO : 24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	17.424.530,00	18.039.020,00
DESPESAS CORRENTES	17.324.530,00	17.939.020,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.322.788,00	6.902.788,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.001.742,00	11.036.232,00
DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00
INVESTIMENTOS	100.000,00	100.000,00
CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	33.333,00
SUBTOTAL I	17.424.530,00	18.072.353,00
 DESPESAS DE CAPITAL	 0,00	 33.333,00
INVESTIMENTOS	0,00	33.333,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Carlos Roberto Rocha
 Gestor
 CRC-DF nº 01077103

____ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)_____
DADOS REFERENTES A : 11Fe2013 as 11:12 USUARIO : EVERALDO
MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 03
UNIDADE GESTORA : 244001 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
GESTAO : 24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. SEM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
TOTAL	17.424.530,00	18.072.353,00
 TOTAL GERAL	 17.424.530,00	 18.072.353,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brandão Rocha
Contador
CRC-DF nº 0107710-3

SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
 POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
 UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES CONF. SEM RESTRICAO

COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2012	
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.146.216,43-
CREDITOS A RECEBER	1.146.216,43-
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.146.216,43-
LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	493.008,90-
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	653.207,53-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	812.244,67
OBRIGACOES A PAGAR	811.345,80
FORNECEDORES	0,00
DO EXERCICIO	0,00
CONVENIOS A PAGAR	0,00
RESTOS A PAGAR	811.345,80
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	811.345,80

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


 Everaldo Brundão Rocha
 Contador
 CRC-DF nº 0107710-3

SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____
POSICAO ATE: 11Feb2013 AS 11:12 USUARIO : EVERALDO
UG/GESTAO: 244001/24290 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES CONF. SEM RESTRICAO

COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		EXERCICIO
		2012
CREDORES DIVERSOS		898,87
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		898,87
SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO		333.971,76
DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS		319.235,77-
DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR		653.207,53
LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO		653.207,53

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA


Everaldo Brando Rocha
Contador
CRC-DF nº 01077110-3

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, pelo fato desta ser uma fundação pública regida pelas legislações e normas aplicáveis à Contabilidade Pública e não pela Lei 6.404/1976. A Fundação conta com um Auditor Interno, que submete encaminha seu Relatório e Parecer à Ciset/MRE.

11.5 Composição Acionária do Capital Social

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, pelo fato desta ser uma fundação pública regida pelas legislações e normas aplicáveis à Contabilidade Pública e não pela Lei 6.404/1976. A Fundação conta com um Auditor Interno, que submete encaminha seu Relatório e Parecer à Ciset/MRE.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, pelo fato desta ser uma fundação pública regida pelas legislações e normas aplicáveis à Contabilidade Pública e não pela Lei 6.404/1976. A Fundação conta com um Auditor Interno, que submete encaminha seu Relatório e Parecer à Ciset/MRE.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Todas as informações sobre a gestão da Fundação Alexandre de Gusmão, no decorrer do exercício de 2012, constam do presente Relatório de Gestão, encontrando-se esta UJ à disposição para quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais julgadas necessárias.

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Os itens que compõem a parte B do Anexo II à Decisão Normativa – TCU nº 119/2012, que tratam de um conjunto de conteúdos específicos, não se aplicam à realidade e/ou natureza jurídica da Fundação e, por essa razão, não integram o presente Relatório de Gestão Individual.

RESULTADOS E CONCLUSÕES (Item II, “B”, 5, iv DO ANEXO III DA DN TCU N.º 119/2012)

A Fundação promoveu e/apoiou, ao todo, 163 atividades de análise e divulgação da política externa brasileira, de relações internacionais e da história diplomática do Brasil, incluindo 54 debates, incluindo seminários, conferências, cursos, concurso, exposições, participação feiras, lançamentos e outros eventos de natureza cultural e pedagógica, assim como a edição de 109 publicações, disponibilizadas por meio da sua biblioteca virtual, com download e acesso gratuito pelos cidadãos.

A previsão inicial para o exercício de 2012 foi a realização de 27 debates, incluindo cursos, seminários, concursos, conferências, palestras e outros eventos culturais e pedagógicos, tendo sido realizados 54, com um cumprimento de 100% (cem por cento) acima do previsto inicialmente; e a edição de 74 publicações, tendo sido publicadas 109 obras, com uma superação de 47% (quarenta e sete por cento) acima do indicador previsto.

A biblioteca virtual acima mencionada foi totalmente reestruturada e modernizada, assim como o site da Fundação, no endereço www.funag.gov.br, tornando mais fácil o acesso e utilização pelo seu público-alvo e contando, também, com versão em inglês.

O Orçamento da atividade finalística foi executado em 100% (cem por cento), no que diz respeito aos recursos orçamentários alocados diretamente pela União. Quanto aos recursos próprios, esses não tiveram sua arrecadação total no montante previsto no Orçamento, com um reflexo de 2% (dois por cento) sobre o total do orçamento da atividade finalística, que não puderam ser executados. Esse fato não afetou o alcance das metas físicas previstas para o exercício, uma vez que elas foram planejadas para serem executadas com recursos da União. Ao todo, foram liquidados 98% (noventa e oito por cento) dos recursos empenhados e inscritos em restos a pagar apenas 2% (dois por cento).

Quanto aos recursos alocados no Orçamento da Fundação, foram executados 89% (oitenta e nove por cento) da dotação aprovada para gestão e administração, em função do reflexo do contingenciamento no limite orçamentário total para execução no exercício, tendo sido inscritos em restos a pagar apenas 1% (um por cento) da dotação disponibilizada e empenhada.

Dessa forma, em 2012 o desempenho da FUNAG demonstrou eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos seus objetivos.

Para o exercício de 2013 estão previstos 23 debates, incluindo cursos, seminários, conferências, workshops, palestras e mesas redondas, além da edição de 87 publicações.